

SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICO DAS COMUNIDADES AO REDOR DO MONTE MABU

ESTUDO DE LINHA DE BASE, 2021

proM**ove**
BIO DIVERSIDADE

MONTE MABU

Apoio à Conservação da Biodiversidade
e Desenvolvimento Comunitário



Financiado pela
União Europeia

Parceria



Implementadores



Este estudo foi realizado pelo Consórcio entre o WWF, RADEZA e a ReGeCom, em colaboração com a Uni-Zambeze, através do engajamento de 14 estudantes como enumeradores.

CITAÇÃO

WWF, RADEZA e ReGeCom. 2021. Estudo para definição de linha de base da situação socioeconómica das comunidades adjacentes ao Monte Mabu. Maputo, Moçambique

AUTOR DO RELATÓRIO

Milton Xavier – WWF Moçambique

CONTRIBUIÇÕES

Arnaldo Paiva e Luciano Mariano - Consórcio WWF, RADEZA e ReGeCom

AGRADECIMENTO

Aos estudantes da Uni-Zambeze - Obasanjo João Manuel, Abiba João Mindo, Anatércia Bango, Marcelina Chigueda, Alberto Filipe Mateus, Rafael João Tangune, José Mateus Chinhacua, Cesário Justino Monhal, Arlindo Jaime Matsinhe, Pedro Vicente Monjane, João Albano Jone Tomo, Augusto Mazanga Cherene, Lúcia Portado Uafeua, Zefanias Luciano André Macário e Jonito José.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Monte Mabu é considerado uma das Áreas de Biodiversidade Chave em Moçambique (KBA). O Monte Mabu possui uma Floresta húmida de altitude, que é possivelmente a maior floresta de altitude média-alta (800 – 1400 metros) remanescente na região centro-sul de África com cerca de 7000 ha, acumulando cerca de 2.05 Tg de carbono, e habitat para várias espécies de mamíferos, borboletas e pássaros, endémicos da região, que correspondem somente a 20% da área de floresta estudada. Apesar da sua importância, o Monte Mabu está rodeado de comunidades e outros actores, como operadores privados, promovendo usos de terra diferentes usos de terra, que são as principais ameaças à biodiversidade no Monte. Com vista a contribuir para a conservação do Monte Mabu, o Consórcio constituído por WWF-Moçambique, RADEZA e ReGeCom iniciou em Março de 2021 a implementação do Projecto “*Apoio para a Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Comunitário no Monte Mabu*” através do Projecto PROMOVE Biodiversidade sub tutela do Biofund, com fundos da União Europeia. Este projecto tem o como principal objectivo dar suporte no estabelecimento de uma área de conservação e estrutura de gestão do Monte Mabu, bem como o fortalecimento das estruturas comunitários para participação no modelo de gestão. O Projecto irá engajar 11 comunidades ao redor do Monte Mabu.

Como parte das actividades de inicio do Projecto, o Consorcio realizou um estudo de linha de base socio-económico nas 11 comunidades do Mabu, tendo efectuado 1,217 inquéridos domiciliares válidos (86%), dos quais 883 são Agregados Familiares (AFs) liderados por Homens e 333 AFs liderados por Mulheres. As condições de acesso a educação, saúde e acesso a água e saneamento são entre as comunidades alvo são precárias.

Os principais resultados do estudo incluem o facto de que o Monte Mabu é conhecido por 90% dos AFs, contudo, apenas 44% chegou pelo menos uma vez no Monte. Os que vão ao Monte Mabu, chegam maioritariamente na zona baixa que é até os 1000 m (64%) e a zona intermédia e alta são menos visitadas, com 19% e 17% respectivamente. O recursos mais obtido do Monte Mabu são os produtos de caça incluindo animais como ratazanas, antílopes, macacos, etc. Embora a caça seja importante, as comunidades recohecem os valores histórico, cultural, tradicional e espiritual como os principais do Monte Mabu, e que existem fraca capacidade de controle para a sua preservação. Quanto aos meios de vida, a agricultura é o principal com 96% afirmando que praticam e mais de 50% tendo nesta o único meio de vida. Os meios de vida não são capazes de garantir provisão adequada de alimento ao longo de todo ano (média de 9 meses), nem uma diversidade dietética >4 grupos de alimentos nos AFs. Por via disso, estratégias de melhoria dos principais meios de vida existentes, como tornar a agricultura mais sustentável e produtiva, bem como a promoção de meios de vida alternativos compatíveis com a conservação do Monte Mabu (e.g. mel) são proposta a considerar.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	5
Rede para Gestão Comunitária de Recursos Naturais	6
I. INTRODUÇÃO	Error! Bookmark not defined.
II. OBJECTIVO DO ESTUDO	8
III. METODOLOGIA	8
3.1. Revisão de documentos relevantes.....	8
3.2. Desenho do questionário	9
3.3. Indicadores socioeconómicos.....	10
3.4. Amostra e População do estudo	11
3.5. Inquiridores	12
3.6. Colecta e análise de dados	12
3.7. Informantes chave.....	13
IV. LIMITAÇÕES.....	13
V. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	14
VI. RESULTADOS	17
6.1. PERFIL SOCIO-ECONÓMICO DAS COMUNIDADES ALVO	17
6.2. RECURSOS NATURAIS DO MONTE MABU E OUTRAS FLORESTAS PRÓXIMAS.....	27
6.3. CARACTERIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES.....	33
6.4. PERFIL DOS MEIOS DE VIDA.....	36
VII. INDICADORES SOCIOECONÓMICOS.....	46
7.1. INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	46
7.2. INDICADORES DE DIVERSIDADE DE RENDA E RIQUEZA	51
VIII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População Inquérida	11
Tabela 2. Zoneamento do Monte Mabu	15
Tabela 3. % de AFs pelo consumo de grupos de alimentos	49
Tabela 4. Correspondência entre o HDDS e os grupos de alimentos considerados pelo SETSAN (2008)	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo conceptual do Monte Mabu	9
Figura 2 – Mapa das comunidades e assentamentos do Monte Mabu	14
Figura 3 – Imediações da zona baixa, Outubro 2021	15
Figura 4 – Transição da zona baixa a intermédia, Outubro 2021	15
Figura 5 – Zona baixa a intermédia, Outubro 2021	16
Figura 6 – Transição da zona intermédia para alta, Outubro 2021	16
Figura 7 – Zona alta (pico), Outubro 2021	16
Figura 8 – Zona alta (pico), Outubro 2021	16
Figura 9 – Paisagem da floresta vista do pico, Outubro 2021	16
Figura 10 – ESCOLAS NAS COMUNIDADES ALVO DO PROJECTO	20
Figura 11 – INFRAESTRUTURAS DE DENOMINAÇÕES RELIGISAS	24
Figura 12 – FONTES DE ÁGUA E CENTRO DE SAÚDE	25
Figura 13. Mercados das comunidades alvo do Projecto	26
Figura 14 – Habitação com paredes de cimento e cobertura de chapa (muito resiliente) – Limbue, 2021	35
Figura 15 – Habitação com paredes blocos de barro e cobertura de palha (médio) – Mpemula-sede, 2021	35
Figura 16 – Habitação com paredes blocos quimados e cobertura de palha (médio) – Nangaze, 2021	35
Figura 17 – Habitação com paredes de bambu e cobertura de palha (muito vulnerável) – Mucuera, 2021	35
Figura 18 – Forno local de produção de blocos (resiliente) – Namedoe, 2021	35
Figura 19 – Habitação com paredes blocos quimados e cobertura de chapa (resiliente) – Nangaze, 2021	35
Figura 20 – Machamba de Mandioca, sem aplicação de práticas de Agricultura de Conservação (zona alta) – Dabuada, 2021	40
Figura 21 – Machamba de Milho, sem aplicação de práticas de Agricultura de Conservação (zona baixa) – Limbue, 2021	40
Figura 22 – Elevação desmatada para abertura de campo agrícola – Mocua, 2021	40
Figura 23 – Elevação desmatada para abertura de campo agrícola – Mocua, 2021	40
Figura 24 – Ecosta desmatada para abertura de campo agrícola – Nangaze, 2021	40
Figura 25 – Ratazana caçada no Monte Elica - Dabuada 2021	45
Figura 22 – Ratazanas caçadas no Monte Elica, - Dabuada 2021	45
Figura 23 – Ratoeira de caça - Nangaze, 2021	55
Figura 24 – Ratoeira de caça - Nangaze, 2021	55
Figura 25 – Zagaia de caça - Nangaze, 2021	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de AFs por comunidade e por Localidade	17
Gráfico 2 – % de AFs por comunidade e por Localidade	18
Gráfico 3 – % Chefe AFs com Orfãos	18
Gráfico 4 – % Chefe AFs com Deficientes	18
Gráfico 5 – % Chefe AFs pelo estado civil	18
Gráfico 6 – % Mulheres Chefe de AF por nível de escolaridade	19
Gráfico 7 – % Homens Chefe de AF por nível de escolaridade	19
Gráfico 8 – % AFs pela religião professada	21
Gráfico 9 – % AFs pelas principais línguas faladas	21
Gráfico 10 – % AFs pelas principais línguas faladas	22
Gráfico 11 – % AFs pelas fontes de água potável	22
Gráfico 12 – % AFs pelo acesso a saúde e assistência médica	23

Gráfico 13 – % AFs pelo acesso ao saneamento	23
Gráfico 14 – % AFs que ouviu falar sobre os Monte Mabu vs AFs que chegaram a alguma parte (zona) do Monte	27
Gráfico 15 – % AFs pelo acesso ao Monte Mabu em diferentes zonas	28
Gráfico 16 – % AFs de acesso ao Monte Mabu, pelas diferentes zonas na Localidade de Mabu	29
Gráfico 17 – % AFs acesso ao Monte Mabu, diferentes zonas na Localidade de Mpemula-sede	30
Gráfico 18 – % AFs com acesso a recursos naturais no Monte Mabu vs Floresta local	30
Gráfico 19 – % AFs pelo valores do Monte Mabu	31
Gráfico 20 – % AFs pelo valores do Monte Mabu	31
Gráfico 21 – % AFs pela percepção sobre quem exerce o controle sobre o Monte Mabu	32
Gráfico 22 – % AFs pela condições da cobertura de suas habitações	33
Gráfico 23 – % AFs pelas condições das paredes das habitações	33
Gráfico 24 – % AFs pelas condições das paredes das habitações por comunidade	34
Gráfico 25 – % AFs pelo primeiro meio de vida mais importante	36
Gráfico 26 – % AFs pelo segundo meio de vida mais importante	36
Gráfico 27 – % AFs que muduram o seu meio de vida nos últimos 5 anos	37
Gráfico 28 – % AFs pela área de prática de Agricultura	37
Gráfico 29 – % AFs pela área de prática de Agricultura	38
Gráfico 30 – % AFs pela quantidade de milho produzido em sacos de 50 kg	38
Gráfico 31 – % AFs pela prática de Agricultura de Conservação	39
Gráfico 32 – % AFs pelas técnicas de gestão pós-colheita	39
Gráfico 33 – % AFs que praticam pecuária	41
Gráfico 34 – % AFs que criam galinhas na localidade de Mpemula	41
Gráfico 35 – % AFs que criam galinhas na localidade de Mabu	42
Gráfico 36 – % AFs que possuem árvores de fruta	42
Gráfico 37 – prática de caça no Monte Mabu	43
Gráfico 38 – razões para abandono da caça no Mabu	44
Gráfico 39 – % de AFs com acesso ao Monte Mabu e prática de caça	44
Gráfico 40 – % de AFs com acesso ao Monte Mabu e prática de caça	45
Gráfico 41 – % de AFs pelo número cumulativo de Meses com Provisão Inadequada de Alimentos	46
Gráfico 42 – % de AFs pelos Meses com Provisão Aquequada de Alimentos	47
Gráfico 43 – % de AFs pelos número de refeições por dia	47
Gráfico 44 – % de AFs pelo consumo de grupos de alimentos	48
Gráfico 45 – % de AFs pelo consumo de grupos de alimentos	50
Gráfico 46 – % de AFs pela posse de bens domésticos	51
Gráfico 47 – % de AFs pela posse de bens para transporte e comunicação	52
Gráfico 48 – % de AFs pela posse de bens para agricultura	52
Gráfico 49 – % de AFs pela posse de bens para pesca	53
Gráfico 50 – % de AFs pela posse de bens para caça	53
Gráfico 51 – % de AFs pela posse de outros bens produtivos e domésticos	54
Gráfico 52 – % de AFs que contraíram empréstimo nos últimos 12 meses	55
Gráfico 53 – % de AFs pelas razões de não contração de empréstimo	55
Gráfico 54 – % de AFs pelas fontes de crédito	56

LISTA DE ABREVIATURAS

AF(s)	Agregado (s) Familiar(es)
RADEZA	Rede de Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Comunitário e Sustentável da Zambézia
WWF	Fundo Mundial para Natureza
ReGeCom	Rede para Gestão Comunitária de Recursos Naturais
DPTZ	Direção Provincial do Ambiente da Zambézia

I. INTRODUÇÃO

A descoberta do Monte Mabu coloca Moçambique como um dos mais recentes e importantes centros de biodiversidade do Mundo. Segundo Bayliss et al., (2016), a vegetação predominante no Monte Mabu é a floresta húmida de altitude, com cerca de 7000 ha, acumulando cerca de 2.05 Tg de carbono, e habitat para várias espécies de mamíferos, borboletas e pássaros, endémicos da região, que correspondem somente a 20% da área de floresta estudada, o que coloca o Monte Mabu na lista de Áreas de Biodiversidade Chave (KBA) em Moçambique. Apesar da sua importância, o Monte Mabu está rodeado de comunidades e outros actores, como operadores privados, cujos usos de terra constituem ameaças à biodiversidade no Monte.

O Consórcio constituído por WWF, RADEZA e ReGeCom iniciou em Março de 2021 a implementação do Projecto *“Apoio para a Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Comunitário no Monte Mabu”*, cujo objectivo consiste em dar suporte no estabelecimento de uma área de conservação e estrutura de gestão do Monte Mabu, bem como o fortalecimento das estruturas comunitários para sua gestão. Para alcançar o objectivo de tornar o Monte Mabu um centro sustentável de biodiversidade, com suporte das comunidades locais, melhorando seus meios de vida, o projecto prevê o desenvolvimento de três componentes:

- **Governança comunitária:** onde actividades serão orientadas para consolidar a organização comunitária e seus sistemas de governação de recursos naturais, como base para engajamento comunitário em processos de conservação do Monte Mabu. A componente de governança comunitária inclui a definição de um sistema de tomada de decisão baseada na comunidade (e não no comité), onde aspectos de género e inclusão social são igualmente fortemente considerados. A componente inclui ainda, a organização da terra, a capacitação das comunidades, o desenvolvimento de instrumentos que melhorem a planificação de uso de terras e recursos naturais.
- **Conservação do Monte Mabu e Pesquisa científica:** onde com base em preceitos científicos, e evidências da biodiversidade, são definidos melhores modelos e abordagens de conservação da biodiversidade do monte Mabu, com envolvimento da comunidade e com base em abordagens que integram monitoramento ecológico regular e permanente. Nesta componente, a pesquisa científica terá um papel importante na definição da qualidade de biodiversidade existente, as suas potencialidades e recomendações específicas de conservação.
- **Economia e meios-de-vida:** como uma base sólida para gerar alternativas de meios de vida sustentáveis das comunidades que residem ao redor de Mabu, reduzindo os riscos de pressão sobre a biodiversidade, e aumentando o interesse pela conservação. A definição de modelos económicos será baseada em pesquisa socioeconómica, estudos de viabilidade de potenciais cadeias de valor baseadas na natureza, incluindo pagamentos por serviços ambientais e cadeias de produtos florestais não-madeireiros.

O Projecto no Monte Mabu é implementado numa abordagem orientada aos resultados, sendo que o estabelecimento de uma linha de base socioeconómica, sobre qual o Projecto poderá demonstrar progressos e documentar mudanças decorrente de suas intervenções é chave. A linha de base deverá ainda providenciar recomendações para melhorar as actividades propostas pelo projecto. Durante 7 dias no mês de Dezembro de 2021, foi efectuada a colecta de dados através do um inquérito socioeconómico, nas 11 comunidades adjacentes ao Monte Mabu.

O presente relatório possui 8 capítulos, sendo que os primeiros 4 estão focados no enquadramento do âmbito desse estudo (Introdução), o que se pretende (Objectivos), como alcançar (Metodologia) e Limitações. Nos outros 4 capítulos é feita a descrição do Monte Mabu, o perfil socio-económico das comunidades alvo, os valores de linha de base para os indicadores socio-económicos e as principais conclusões e recomendações.

II. OBJECTIVO DO ESTUDO

O objectivo geral do estudo é de estabelecer uma linha de base socio-económica para as 11 comunidade ao redor do Monte Mabu alvo do Projecto. Especificamente:

- Identificar indicadores relevantes para a Monitoria e Avaliação do progresso para a melhoria das condições socioeconómicas das comunidades alvo do projecto;
- Efectuar uma análise situacional socio-económica das 11 comunidades alvo do projecto;
- Colectar dados para determinar valores de linha de base aos indicadores identificados.

III. METODOLOGIA

O estudo foi conduzido de modo a facilitar Monitoria e Avaliação do progresso na melhoria das condições socio-económicas das comunidades alvo do Projecto. O desenho da metodologia compreendeu as seguintes etapas:

3.1. Revisão de documentos relevantes

Foram revistos documentos importantes relacionados ao Projecto, a área de estudo e a situação socioeconómica no distrito de Lugela, tendo culminado com o esboço de um modelo conceptual situando as ameaças aos objectivos de conservação do Monte Mabu. Os documentos consultados incluíram os seguintes:

- **Proposta do projecto PROMOVE MONTE MABU incluindo a Matriz de Resultados** – para compreender a Teoria de Mudanças do projecto, desde a identificação do problema, até as soluções propostas para solução expressa nos objectivos, resultados e actividades do projecto.
- **Relatórios de actividades do projecto PROMOVE MONTE MABU incluindo o relatório de apresentação as comunidades e o relatório da Avaliação de Efectividade de Gestão do Monte Mabu (METT)** – esse relatório servirão para melhorar a compreensão das 11 comunidades alvo do projecto e sua relação com o Monte Mabu.

- A avaliação da biodiversidade do Monte Mabu e seu potencial para criação de área de conservação¹, Elaboração de um plano de gestão de conservação², Inquérito ao orçamento familiar³, censos de população e habitação⁴

Através das consultas aos documentos chave, foi possível colocar de forma gráfica, conforme a figura 1 abaixo, os problemas que o projecto pretende solucionar, suas implicações socioeconómicas de modo a melhor identificar as secções que deverão compor o questionário.

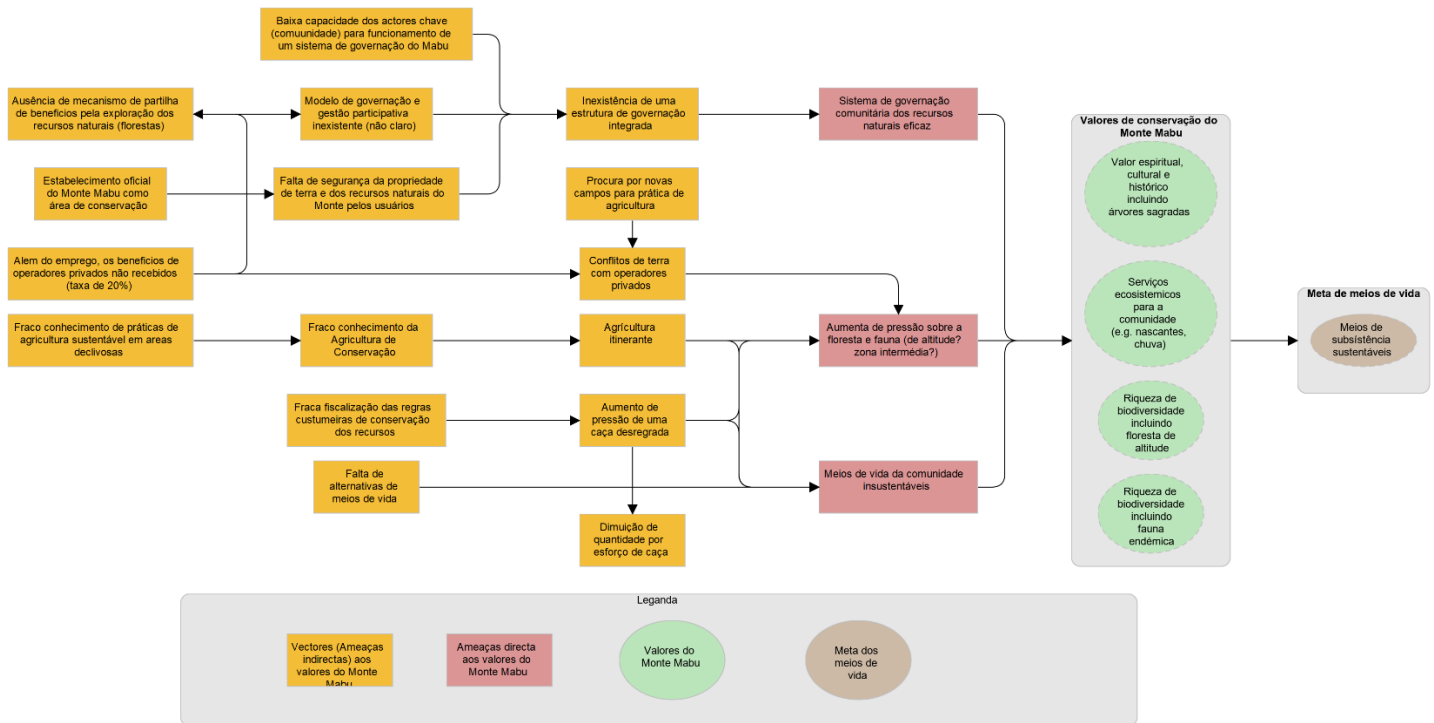


Figura 1 – Modelo conceptual do Monte Mabu

3.2. Desenho do questionário

O questionário foi desenhado para incluir sessões para análise situacional geral como características demográficas dos agregados familiares incluindo educação, religião, acesso a saúde, água e saneamento pelos Agregados Familiares. O questionário incluiu também indicadores socioeconómicos conforme descrito abaixo:

¹ Direcção Provincial do Turismo da Zambézia (DPTZ). 2014. A avaliação da biodiversidade do Monte Mabu e seu potencial para criação de área de conservação. Centro de Pesquisa e Consultoria. Beira.

² Timberlake, J. & Bayliss, J. 2016. Elaboration of a conservation management plan for the Mount Mabu region: biophysical attributes. FFI Mozambique

³ Instituto Nacional de Estatística (INE). 2015. Relatório final do inquérito ao orçamento familiar. Maputo

⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE). 2017. IV Censo de População e Habitação. Maputo.

3.3. Indicadores socioeconómicos

Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional

A definição de segurança alimentar e nutricional considerada pelo projecto inclui 3 componentes: a **disponibilidade** (uma medida dos alimentos que estão, e estarão fisicamente disponíveis durante um determinado período), o **acesso** (uma medida da capacidade do AF de adquirir alimentos disponíveis durante um determinado período) e a **utilização** (uma medida de se um AF será capaz de obter nutrição suficiente durante um determinado período) (⁵Hoddinott e Yohannes, 2022; ⁶Bilinsky e Swindale, 2010).

Os 4 indicadores propostos nesse estudo são um proxy (indicação) para o **acesso**, tendo cada um suas forças e fraquezas, sendo a razão para inclusão dos 4. O **acesso** a alimentos depende da habilidade dos agregados familiares em obter alimentos de sua produção própria, stocks, compra, colecta, ou mesmo através de alimentos doados por parentes, membros da comunidade, governo, ONGs e outros.

- **Número de Meses de Provisão Adequada de Alimentos (MAHFP)**⁷ - este indicador mede a provisão de alimentos ao longo do ano.
- **Número de Refeições por idade** – este indicador está relacionado ao consumo alimentar do AF por idade nas últimas horas.
- **Diversidade Dietética do Agregado Familiar (HDDS)**⁸ – este indicador mede o número de grupos de alimentos consumidos pelo agregado familiar num total de 12 possíveis nas últimas 24 horas.
- **Índice de Consumo de Alimentos (FC) pelos Agregados Familiares** - este indicador mede o consumo alimentar nas últimas 24 horas, considerando o peso dos grupos de alimentos conforme determinado pelo SETSAN⁹.

Indicadores de renda e riqueza

Renda e riqueza são indicadores de bem-estar comunitário e para o presente estudo são propostos os seguintes indicadores.

⁵ Hoddinott e Yohannes. 2002. Dietary Diversity as a Household Food Security Indicator: Technical Appendix. Washington DC.

⁶ Bilinsky e Swindale. 2010. Months of Adequate Household Food Provisioning (MAHFP) for Measurement of Household Food Access: Indicator Guide. Washington DC.

⁷ Para mais detalhes sobre o MAHFP siga o acesso -

https://www.fantaproject.org/sites/default/files/resources/MAHFP_June_2010_ENGLISH_v4.pdf

⁸ Para mais detalhes sobre o HDDS siga o acesso -

<https://www.fantaproject.org/sites/default/files/resources/Dietray%20Diversity%20Tech%20Appendix.pdf>

⁹ Secretariado Técnico de Segurança Alimentar (SETSAN). 2008. Relatório de Monitoria da Segurança Alimentar em Moçambique. Maputo.

- **Número de fontes de renda** - este indicador mede as fontes de alimento e rendimento do AFs ao longo dos últimos 12 meses, como indicação de diversificação das fontes de renda e, por conseguinte, de resiliência da economia familiar.
- **Posse de bens pelo agregado familiar** – este indicador mede os bens sob posse dos AFs no momento do inquérito, desde os produtivos e não produtivos como indicação de resiliência dos rendimentos dos AFs.
- **Acesso a crédito financeiro**

3.4. Amostra e População do estudo

O estudo teve como alvo a população das 11 comunidades alvo do projecto, tendo planeado inquirir todos os chefes de AFs disponíveis. Os dados sobre o número de AFs disponíveis foi baseado nos levantamentos efectuados em 2018.

Uma vez que foi planeado o inquérito a toda a população, os *erros* de amostragem não se aplicam a esse estudo. Contudo, os *erros* de não amostragem devem ser considerados. A tabela abaixo mostra a população alvo do inquérito e os **erros de cobertura** e **não resposta** encontrados.

Tabela 1. População Inquerida

Comunidade	AFs planejados	# de AFs com Inquéritos válidos	# de AFs que não respondeu/tinha casa fechada	% Cobertura de inquéritos válidos
Limbue	199	190	9	-4.5%
Nvava	181	172	9	-4.9%
Ndavo	75	62	13	-17%
Ceane	162	132	30	-18.5%
Namadoe	219	170	49	-22.4%
Ndoda	57	49	8	-14%
Localidade de Mabu	893	755	118	-15.5%
Mpuemula-sede	123	110	13	-10.6%
Nangaze	108	63	45	-41.7%
Mocua	35	27	8	-22.9%
Mucuera	179	159	20	-11.2%

Dabuada	123	83	38	-32.5%
Localidade de Mpemula	568	442	124	-22.2%
TOTAL	1461	1217	242	-16.7%

Pelo menos 16% dos AFs não respondeu ao inquérito porque estavam ausentes de duas casas no momento de realização do inquérito ou não aceitaram participar do inquérito. Os que não aceitavam participar do inquérito, as motivações estavam relacionadas a receios de o inquérito estar relacionado a vacinação obrigatória contra COVID-19, localmente associado a questões religiosas.

3.5. Inquiridores

O Projecto solicitou a Universidade do Zambeze (Uni-Zambeze) o apoio através de estudantes finalistas interessados em participar na pesquisa como inquiridores, tendo recebido 14 estudantes (4 mulheres) dos cursos de Licenciatura em Engenharia Florestal e Economia Agrária. Os estudantes participaram numa capacitação de 3 dias (11 – 13 de Dezembro 2021) sobre o inquérito através do Kobocollect que incluiu 1 dia de teste do questionário no campo, em 3 comunidades do Baixo Licungo. O teste de questionário serviu também para efectuar os ajustes finais ao questionário.

3.6. Colecta e análise de dados

A colecta de dados foi efectuada entre os dias 14 a 20 de Dezembro de 2021 nas 11 comunidades alvo do Projecto. Os estudantes foram divididos em 3 grupos de trabalho, cada com 1 supervisor. Para as Comunidades de Limbue, Nvava e Namadoe foram alocados 3 estudantes supervisionados pelo Arnaldo Paiva, para as comunidades de Ceane, Ndoda e Ndavo foram alocados 5 estudantes supervisionados pelo Luciano Mariano e para Mpemula-sede, Mucuera, Mocua, Dabuada e Nangaze foram alocados 6 estudantes supervisionados por Milton Xavier. As aborgagem foram ajustadas as condições locais, sendo que enquanto o primeiro grupo estava baseado em Limbue com deslocações a pé, de carro ou mota para as restantes 2 comunidades, o segundo grupo estava baseado em Mpemula-sede com deslocações a pé ou de motas locais para as restantes 4 comunidades. Já o terceiro grupo, devido às distâncias, efectuou os trabalhos baseados em cada uma das 3 comunidades de cada vez. Todas as equipas estavam alojadas em tendas de acampamento. A análise de dados foi efectuada com recurso a Excel através de funções de medidas de tendência central, varianca e correlação. A apresentação de dados obedeceu critérios de desagregação como sexo do chefe do AF, faixa etária, localidades e comunidades alvo, bem como padrões de acesso e uso dos recursos do Monte Mabu.

3.7. Informantes chave

Informantes chave incluíram líderes comunitários, religiosos e outras pessoas influentes nas comunidades alvo.

IV. LIMITAÇÕES

As principais limitações do estudo estiveram relacionadas ao desafio de realização do trabalho de recolha de dados devido aos seguintes factores:

- a. **Dificuldades de acesso as comunidades alvo do Projecto**, uma vez que algumas são muito distantes e não são acessíveis através de meios de transporte como carro ou motorizada, somente à pé, como são os casos das comunidades de Ndoda, Ndavo, Ceane, Mocua e Nangaze. Para esta limitação, foi alocado um número maior de inquiridores para compensar melhorar o balanço entre o esforço de deslocação e de colecta de dados.
- b. **A ocorrência de chuva é geralmente um problema para acesso as comunidades alvo do Projecto**. Durante os dias em que houve ocorrência de chuva, a prioridade de trabalho foi focada as comunidades com melhores possibilidades de acesso (e.g. acessíveis somente à pé).
- c. **Algumas casas estavam sem seus moradores durante vários o período de realização do inquérito**. Os agricultores das comunidades ao redor do Mabu apresentam elevada mobilidade, sendo que foi mencionado que alguns deslocam-se as machambas e regressam aos fins de semana (e.g., os adventistas do sétimo dia regressam às sextas-feiras para frequentar a igreja no sábado; no geral alguns AFs regressam para participar nas feiras agrícolas), outros deslocam-se para fazer machambas em outras comunidades e acabam fixando residência em nestas, sendo contudo, geralmente comunidades alvo do projecto (e.g. foi mencionado que AFs das comunidades da Localidade de Mpemula haviam se deslocado para fazer machambas nas comunidades da localidade de Mabu como Limbue). Como adaptação a essa limitação, as habitações sem moradores foram identificadas e durante o fim-de-semana visitadas, tendo se verificado quem em algumas os moradores estavam disponíveis.
- d. **A recusa na participação no inquérito, geralmente relacionado a conotação com a vacinação para a COVID-19** constituiu uma limitação a considerar. As comunidades também relacionam a vacinação com a COVID-19 com questões religiosas chamadas “marca da besta”. O trabalho com guias comunitários foi muito importante para desbloquear barreiras, uma vez que eles possuem a confiança da comunidade e poderiam, língua local ajudar a esclarecer os propósitos do inquérito.

V. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Monte Mabu localiza-se no distrito de Lugela, província da Zambézia, estende-se numa área entre os Postos Administrativos de Tacuane na Localidade de Mabu e Posto Administrativo de Muabanama na localidade de Mpemula.

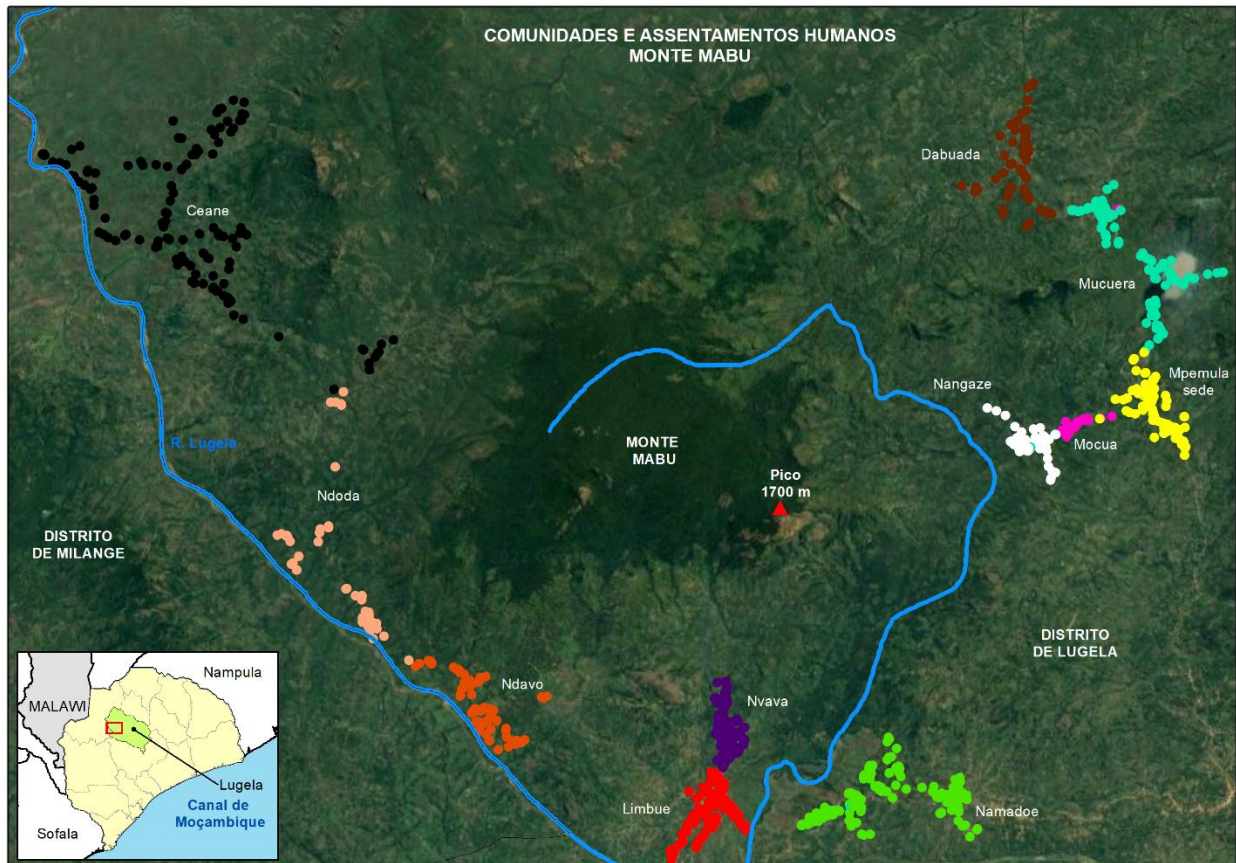


Figura 2 – Mapa das comunidades e assentamentos do Monte Mabu

O Monte Mabu dá suporte o que é possivelmente a maior floresta de altitude média-alta (800 – 1400 metros) remanescente na região centro-sul de África, com aproximadamente 7000 hectares, em bom estado de conservação, presumivelmente porque o maciço é composto por uma geomorfologia íngreme e irregular, não sendo sustentável para agricultura de subsistência e comercial (Timberlake, J. & Bayliss, J., 2016).

O Monte Mabu, referindo-se não apenas ao pico dos 1700 metros, é forma uma cordilheira ou complexo montanhoso que inclui um conjunto de três importantes elevações com orientação este-oeste, nomeadamente, o monte Mabu, com 1.700 metros de altitude e a Oeste, muito próximo do pico mais alto, ocorre o monte Namatonga com uma altitude de 1.515 metros e a Sul, o monte Herala, que ostenta cerca de 1.232 metros de altitude (DPTZ, 2014).

Timberlake, J. & Bayliss, J. (2016) propõe um zoneamento do Monte, baseado na vegetação predominante nas categorias conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 2. Zoneamento do Monte Mabu

Categoria	Altitude	Características	Denominação¹⁰
Floresta de altitude baixa	400 – 1000 m	Está floresta ocorre num elevado intervalo latitudinal, sendo restrita em extensão e variando na composição e estrutura. Nesta floresta começam a emergir arvores que atingem 45m entre a altitude de 500 – 900 m.	Zona baixa
Floresta húmida de média altitude	980 – 1400 m	A cobertura (canopy) da floresta muda abruptamente, as árvores muito altas (45 à + 50 m) são mais abundantes	Zona Intermédia
Floresta de montanha (alta altitude)	1350 – 1650 m	A mudança na cobertura (canopy) da floresta de média para alta altitude também é abrupta (entre os 1350 – 1400 m). A altura das árvores varia entre 30 – 35 m de altura na zona de transição entre a altitude média e alta (1350 m) e árvores com altura de 25 m na zona dos 1600m.	Zona Alta
Matagal montanhoso	1600 – 1700 m	Esta corresponde o pico da montanha com pedregosas e encostas rochosas cobertas grama dispersa.	Zona Alta (Pico)

É importante notar que foram do Monte Mabu, onde predomina a floresta húmida, existem outros montes mais próximos da comunidade, como são os casos do monte Nvava (comunidade de Nvava), Namadoe, Elica (comunidade de Dabuada).



Figura 3 - Imediações da zona baixa, Outubro 2021



Figura 4 - Transição da zona baixa a intermédia, Outubro 2021

¹⁰ A denominação é a referencia que será usada para designar o zoneamento do Monte Mabu



Figura 5 - Zona baixa a intermédia, Outubro 2021



Figura 6 - Transição da zona intermédia para alta, Outubro 2021



Figura 7 - Zona alta (pico), Outubro 2021



Figura 8 - Zona alta (pico), Outubro 2021



Figura 9 - Paisagem da floresta vista do pico, Outubro 2021

VI. RESULTADOS

6.1. PERFIL SOCIO-ECONÓMICO DAS COMUNIDADES ALVO

6.1.1. População

Resultados de consultas comunitárias realizadas no início do Projecto mostraram que 11 comunidades são relevantes para a conservação do Monte Mabu, estando 6 localizadas na Localidade de Mabu, Posto Administrativo de Tacuane e 5 na Localidade de Mpemula, Posto Administrativo de Muabanama.

Dados do censo de população e habitação de 2017 indicam que a Localidade de Mabu possui 9,470 habitantes, dos quais 4,847 mulheres (51.2%). Este número representa um crescimento da população em 25.7% com relação ao número de habitantes registado em no censo de população e habitação de 2007. A população da Localidade de Mabu representava 40% da população do Posto Administrativo de Tacuane em 2007 (DPTZ, 2014), não tendo registado mudanças assinaláveis (39.5%) em 10 anos.

Por sua vez, dados do censo de população e habitação de 2007 indicam que a Localidade de Mpemula contava com 2,934 habitantes, dos quais 1,544 mulheres (52.6%), que correspondia menos de 1/3 da população do respectivo Posto Administrativo de Muabanama (DPTZ, 2014). Ambos postos registaram um aumento da população abaixo da taxa de crescimento populacional entre os períodos de 2007 à 2017, que foi de 35%.

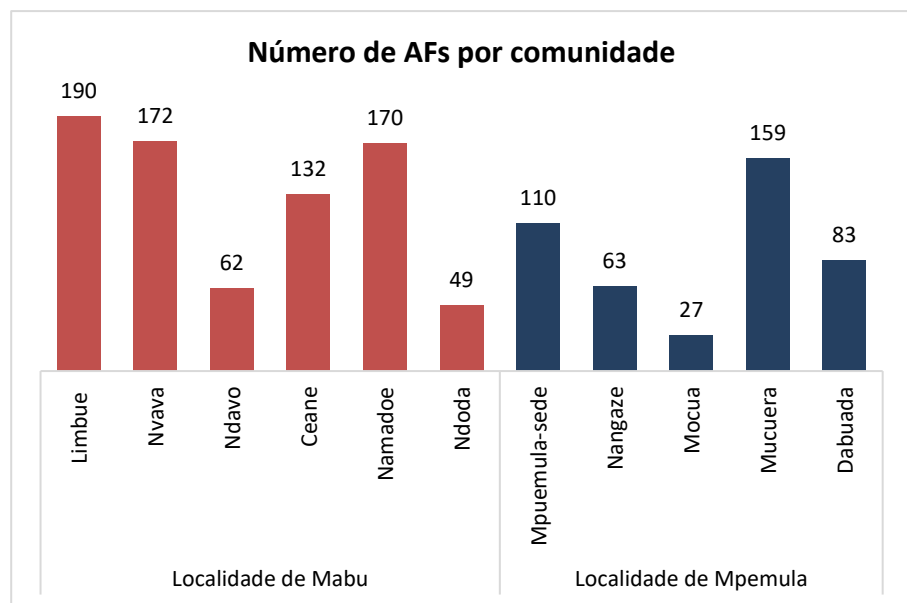


Gráfico 1 – Número de AFs por comunidade e por Localidade

Uma vez que o inquérito ao agregado familiar tinha a meta de alcançar todos os agregados familiares das 11 comunidades ao redor do Monte Mabu, os inquiridores passaram por 1,428 agregados familiares, tendo sido validados 1,217 inquéritos, sendo que os restantes recusaram participar no inquérito ou estavam ausentes de suas casas durante o período de realização do inquérito ou não aceitaram participar no inquérito. O número de membros por agregado familiar varia entre o mínimo de 1 e o máximo de 14, sendo que 5 é a média de membros por

agregado familiar. Em termos de gênero, o número de AFs liderado por mulheres é significativo (27.4%), que pode estar associado existência de casamentos poligâmicos (4.6%) e orfandade (13.7%). Em termos de idade, existem registo de AFs liderados por jovens abaixo de 18 anos (0.5%), e jovens entre 18 – 24 anos (17%), bem como idosos maiores de 59 anos (14%).

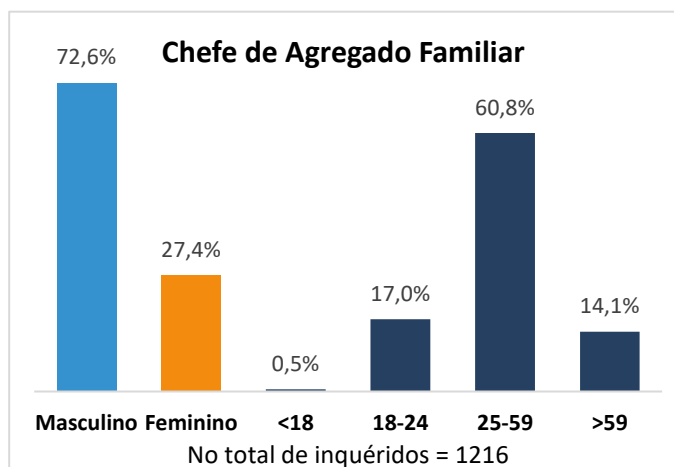


Gráfico 2 – % de AFs por comunidade e por Localidade

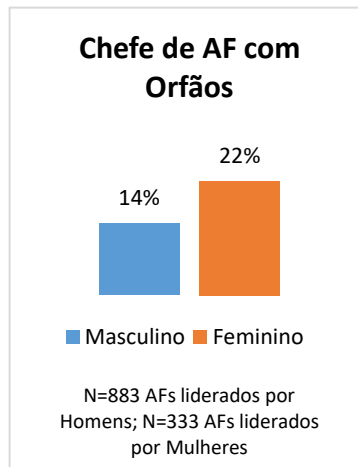


Gráfico 3 – % Chefe AFs com Orfãos

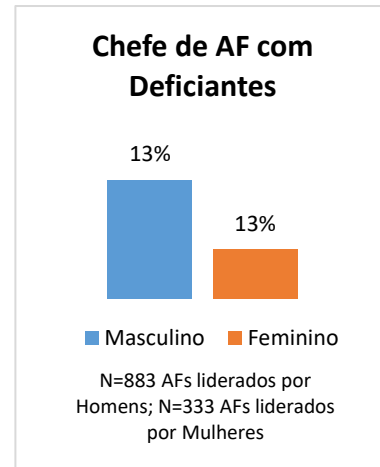


Gráfico 4 – % Chefe AFs com Deficientes

6.1.2. Estado civil e educação do chefe de agregado familiar

Os Chefes dos AFs são maioritariamente casados ou em união marital (76%). Os divorciados são mais registados no intervalo de 25-59 anos (62%, N=63 Divorciados) sendo as mulheres o maior grupo nessa posição (83%, N=63 Divorciados). O estado de viuvez é mais registado em AFs com idade >59 anos (56%, N=91 Viúvo), sendo as mulheres a maior proporção de viúvas (89%, N=91 viúvas). O analfabetismo é predominante considerando que 61% dos Chefes de AF são analfabetos. Mulheres chefes de AF são menos escolarizadas que Homens chefe de AF, considerando que a proporção de Mulheres analfabetas é 75.1%, maior que a dos Homens Chefe de AF (55.7%).

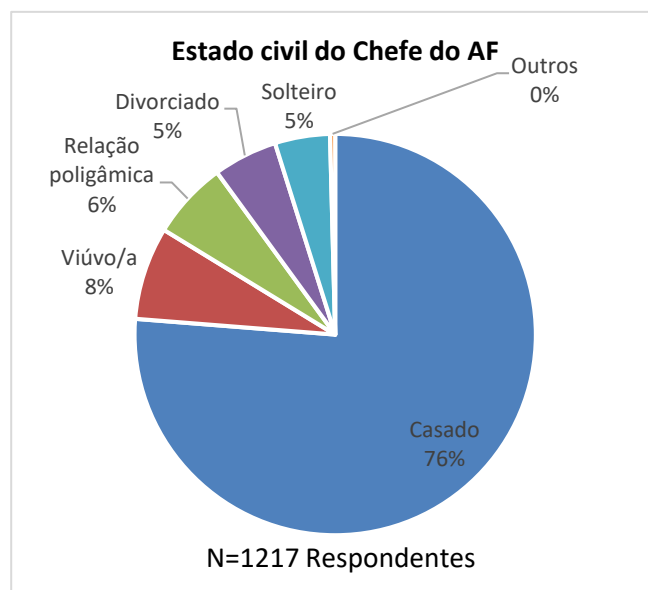


Gráfico 5 – % Chefe AFs pelo estado civil

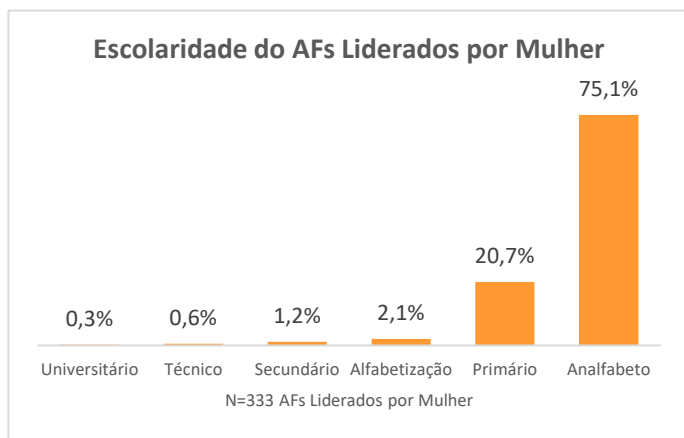


Gráfico 6 – % Mulheres Chefe de AF por nível de escolaridade

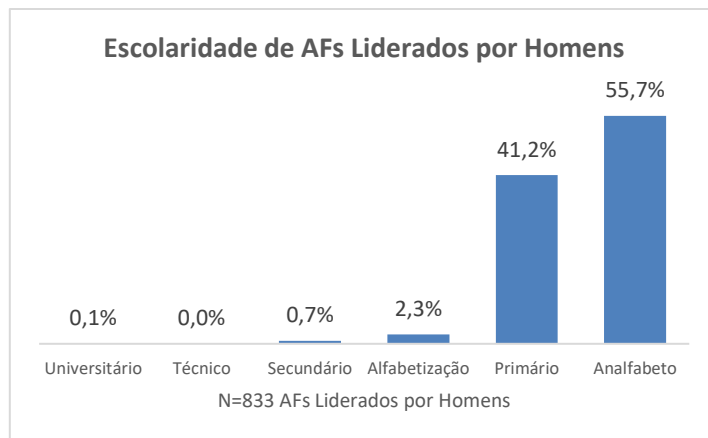


Gráfico 7 – % Homens Chefe de AF por nível de escolaridade

A figura 10 abaixo apresenta as escolas existentes nas comunidades alvo do projecto, com excepção da comunidade de Mucuera onde não foi possível colectar a georeferência. No total existem 9 escolhas, das quais 2 são primárias e completas situadas na sede da Localidade de Mabu (Limvue) e na sede da Localidade de Mvemula (Mvemula – sede). Nas 11 comunidades não existe nenhuma escola secundária, técnica ou universitária.



Figura 10.1. Escola Primária de Ndavo



Figura. 10.3. Escola Primária de Ndavo



Fig. 10.3. Escola Primária de Completa de Dabuada

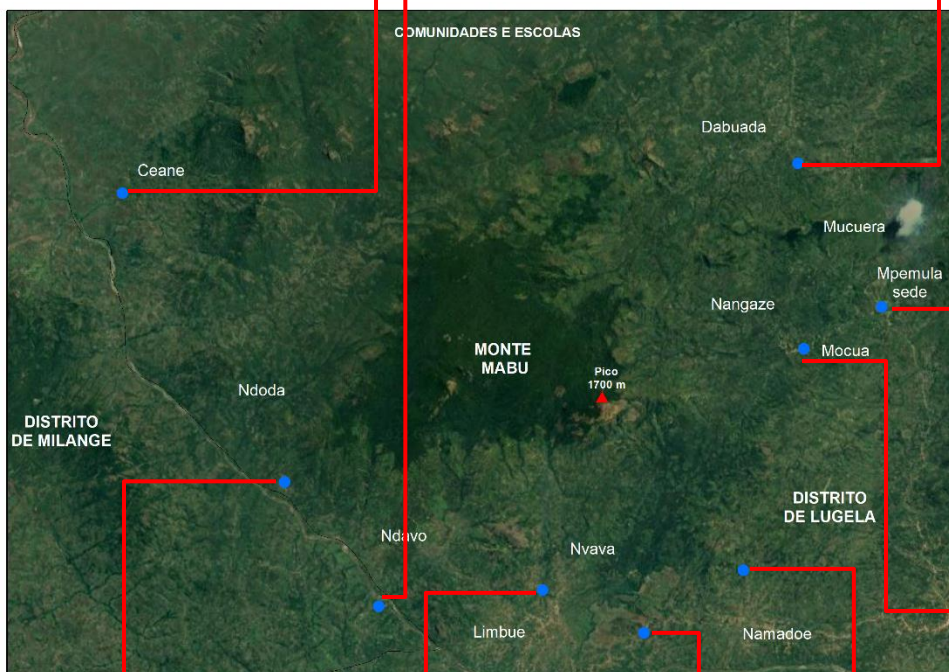


Figura 10. ESCOLAS NAS COMUNIDADES ALVO DO PROJECTO



Figura 10.4. Escola Primária de Ceane



Fig. 10.5. Escola Primária e Completa de Mopemula



Figura 10.6. Escola Primária de Nangaze



Figura 10.9. Escola Primária Completa Mabu sede (Limbue)



Fig. 10.8. Escola Primária 24 de Julho (Namadoe)



Figura 10.7. Escola Primária de Nvava

6.1.3. Religião, Naturalidade e Línguas

O cristianismo é a religião dominante nas comunidades adjacente ao Monte Mabu, sendo professada por 91% dos AFs. Parte significativa deste são Adventistas do Sétimo Dia e têm costumes típicos, influenciados por suas crenças, que inclui restrições na alimentação animal (e.g. Porco, pato, coelhos e outros animais de caça que não tem casco devido ou não ruminam). A língua Manyawa, da família etnolinguística bantu é a principal falada nas comunidades do Projecto. Esta língua é predominantemente falada em partes do distrito de Lugela¹¹. As 3 línguas mas faladas na província da Zambézia¹², que inclui Elomwue (38%), Echuwabo (28%) e Cisena (8%) são pouco predominantes nas comunidades adjacentes ao Mabu. A língua oficial, o português, figura como a segunda língua mais falada, seguida do Chicheua. A língua Tacuane, embora não muito mencionada é uma das línguas predominantes na região.

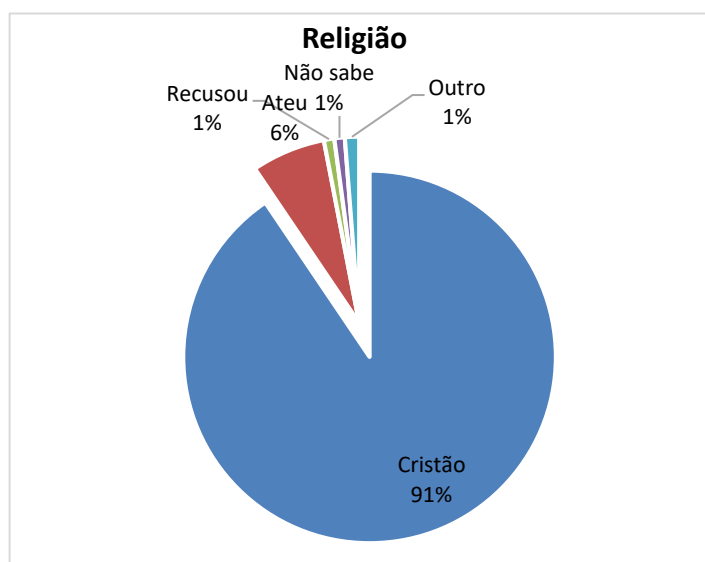


Gráfico 8 – % AFs pela religião professada

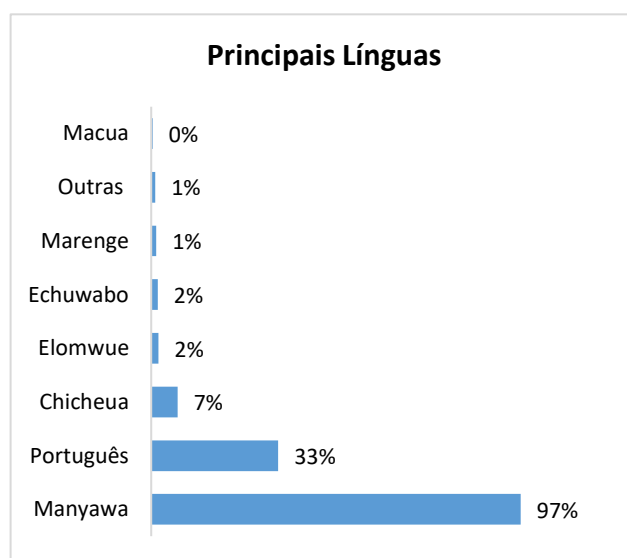


Gráfico 9 – % AFs pelas principais línguas faladas

Foram registadas 31 infraestruturas religiosas nas comunidades alvo do Projecto das quais 35% são Adventistas do Sétimo Dia, 16% Católicas, 13% Pentecostais e as restantes 36% representam outras denominações religiosas, conforme pode-se ver na figura 11 abaixo.

¹¹ USAID. (2021). Language of Instruction Country Profile: Mozambique. Dexis Consulting Group. Washington DC.

¹² Instituto Nacional de Estatística (INE). (2017). IV Censo de População e Habitação. Maputo

Quanto a naturalidade do chefe do AF, 86% afirmam ser naturais de uma das 11 das comunidades adjacentes ao Monte Mabu. Chefes de AFs não naturais das comunidades arredores do Mabu são geralmente provenientes de outros distritos (7%), ou outro país (1%), particularmente Malawi.

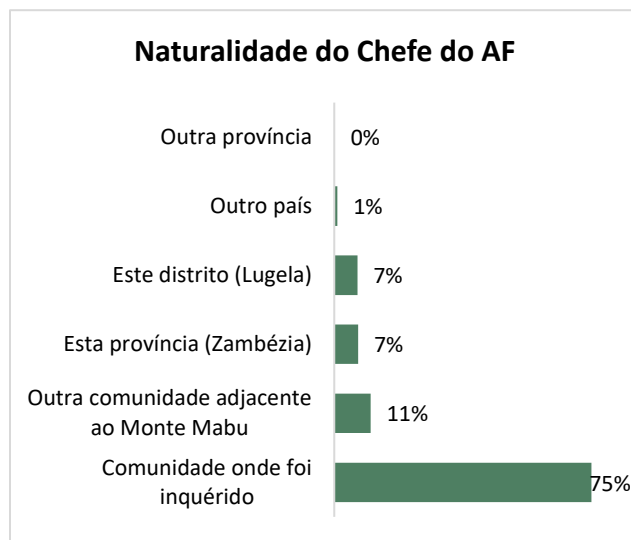


Gráfico 10 – % AFs pelas principais línguas faladas

6.1.4. Água, Saneamento e Saúde

Apenas 20% dos AFs tem fonte de água potável segura (fontenário e poços protegidos), contudo não sempre próxima de suas residências. Para os restantes 80%, as fontes mais acessíveis estão mais suscetíveis a contaminação, sendo assim menos seguras, incluindo Rios, Lagos, Lagoas, poços artesanais não protegidos e nascentes.

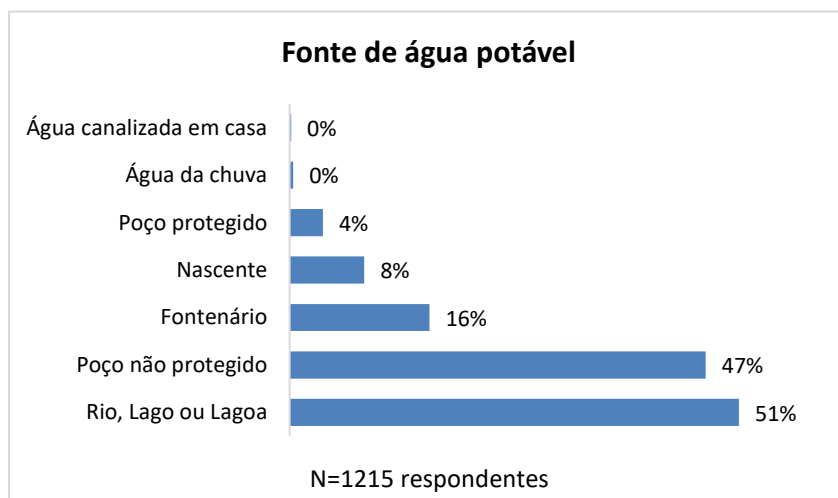


Gráfico 11 – % AFs pelas fontes de água potável

Apenas 9% dos AFs tem acesso a fossa séptica ou latrina melhorada. Os restantes 81% não têm

acesso a saneamento seguro, sendo que 69% afirma ter acesso a latrina não melhorada e os restantes 22% não tem nenhum tipo de saneamento.

Foi registado um total de 14 fontenários, dos quais apenas 5 operacionais e os restantes avariados, conforme pode se ver na figura

12 abaixo.

A adesão aos postos de saúde locais é notável, contudo, nas comunidades alvo do projecto só existe um centro de saúde, na sede da Localidade de Mabu (Limbué). Nas restantes comunidades, o acesso aos serviços básicos de saúde é garantido através dos Agentes polivalentes de saúde. Considerado que o centro de saúde e os Agentes polivalentes de saúde

somente garantem o acesso básico a saúde convencional, pode-se assumir que o acesso a saúde ainda é deficiente nas comunidades alvo do projecto.

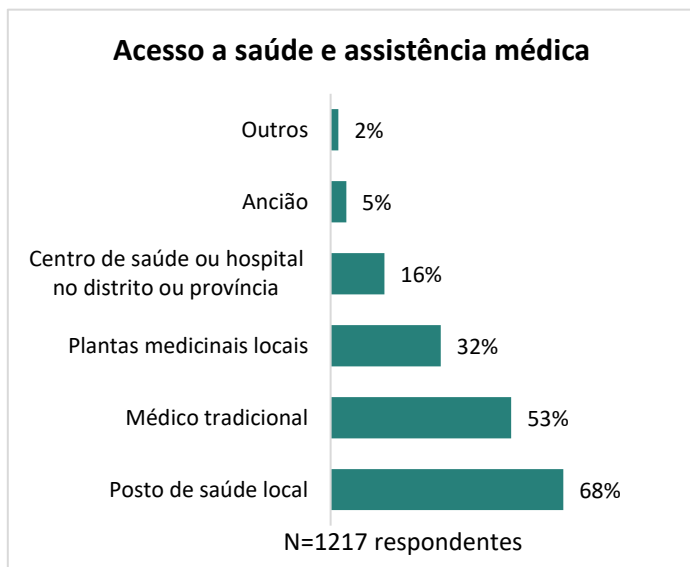


Gráfico 12 – % AFs pelo acesso a saúde e assistência médica

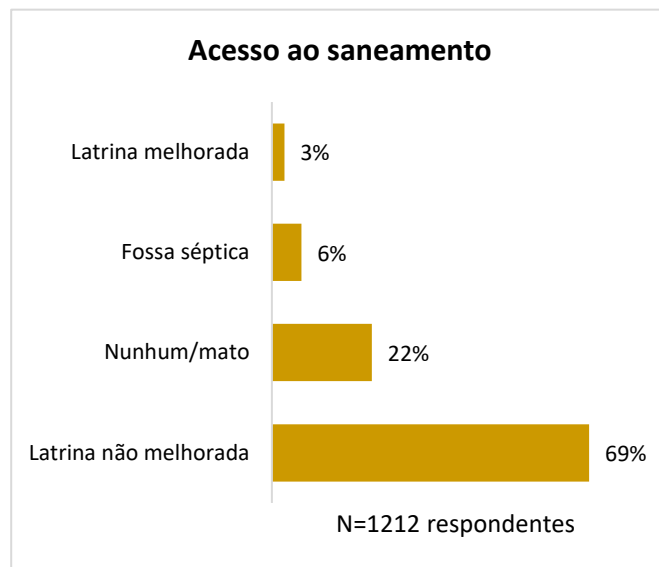


Gráfico 13 – % AFs pelo acesso ao saneamento

6.1.5. História, crenças e mitos sobre o Monte Mabu

Algumas crenças relacionadas ao Monte Mabu incluem as seguintes:

- No Limbué foi mencionado que no Monte Mabu existe árvore em forma de mulher (e.g. tem ceios), contudo, caso te depares com ele, não podes comentar sob pena de não regressar do Monte.
- Em Mpemula foi mencionado que na entrada do Monte Mabu existe uma árvore frondosa que deve-se passar por ela sem falar sob pena de ficar preso na floresta sem poder regressar. Nos casos em que fica-se preso, líder deve fazer uma cerimónia na árvore mãe (que está também entrada da floresta).
- Em Limbué e Nvava foi mencionado que das árvores de fruta existentes do Mabu só se pode comer uma de cada sob pena de não regressar.
- Em Nangaze foi mencionado que se és um visitante novo, não podes consumir recursos do Monte, mas não podes levar nada de lá.
- Nas comunidades de Mucuera e Namadoe foram encontradas pessoas que acham que no monte existem coisas como mercúrio ou alguma pedra preciosa, e que é parte dos interesses das pessoas de fora que visitam esse lugar.
- Em comunidades como Limbué e Namadoe foi mencionado que em tempos passados era comum que se visse fogo no cimo da montanha como sinal de período de chuva e início de sementeira e boa colheita. O fogo iniciava de baixo para cima, e chegando no topo ficava uma nuvem cheia que criava mudança repentina do estado de tempo e coracionava chuva intensa.



Figura.11.1. Igreja Assunzi ya Yessu (Ceane)



Figura.11.2. Igreja Porta nível (Dabuada)



Figura.11.2. Igreja Nova Geração (Nangaze)

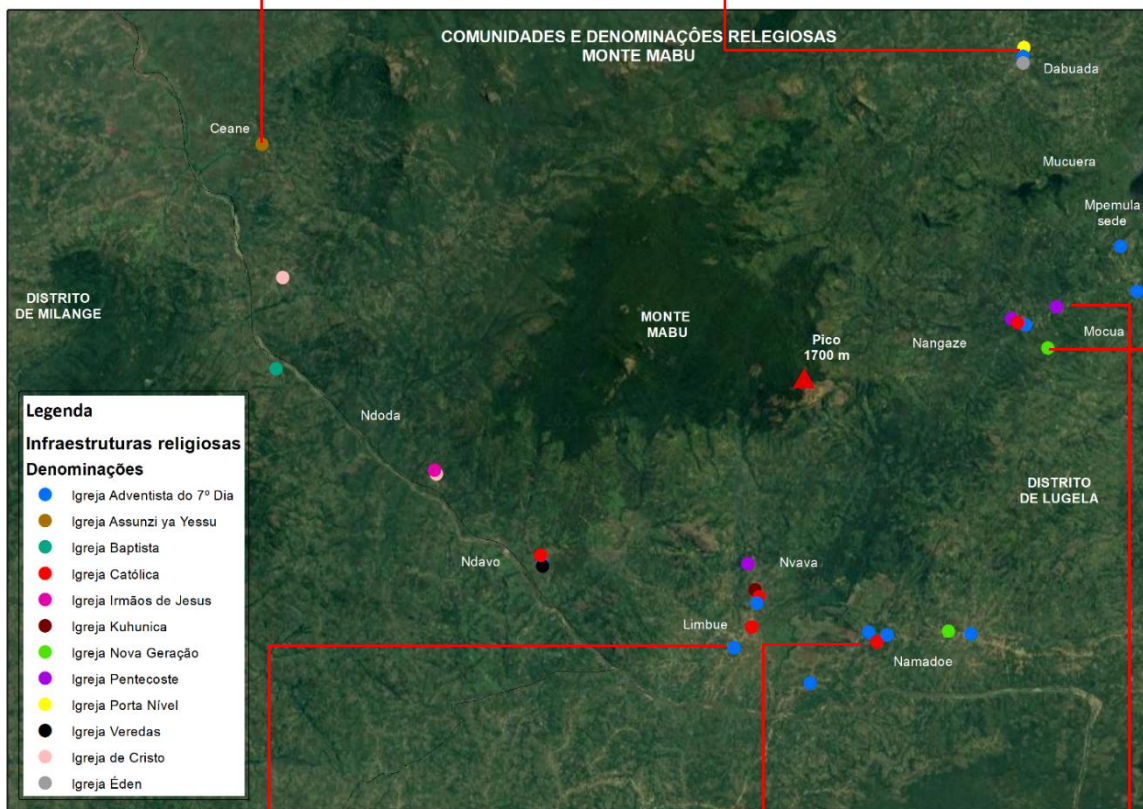


Figura 11. INFRAESTRUTURAS DE DENOMINAÇÕES RELIGISAS



Figura.11.4. Igreja Adventista do 7º Dia (Limbé)



Figura 11.5. Igreja Católica (Namadoe)



Figura 11.6. Igreja Pentecoste (Mocua)



Figura.12.1. Fontenário avariada (Dabuada)



Figura.12.2. Fontenário operacional (Mpemula-sede)



Figura.12.3. Fontenário avariada (Mpemula-sede)

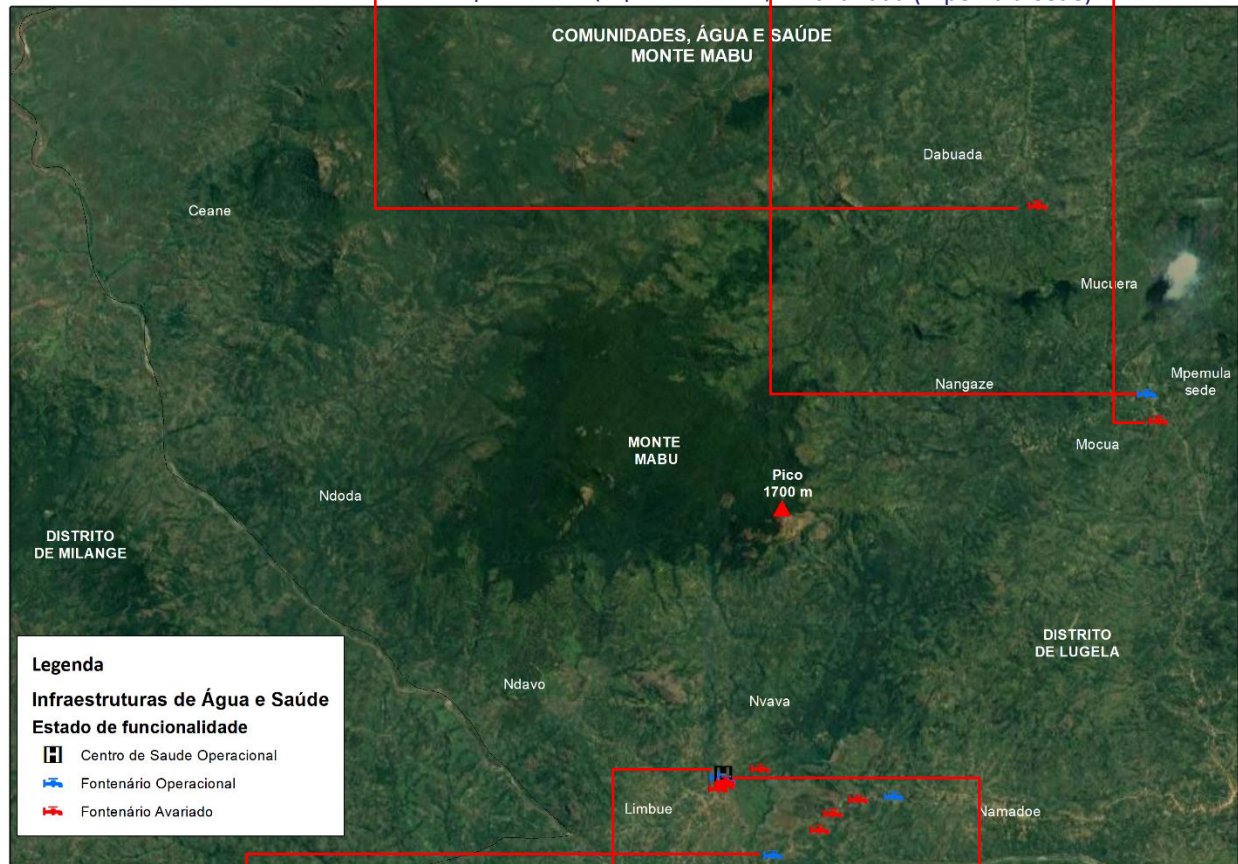


Figura 12. FONTES DE ÁGUA E CENTRO DE SAÚDE



Figura.12.4. Fontenário operacional (Limbué)



Figura.12.5. Centro de saúde de Mabu (Limbué)



Figura.12.6. Fonte de Água operacional com tanque e painéis solares (Limbué)



Figura.13.1. Mercado de Namadoe



Figura.13.2. Mercado de Nvava

Figura 13. Mercados das comunidades alvo do Projecto

6.2. RECURSOS NATURAIS DO MONTE MABU E OUTRAS FLORESTAS PRÓXIMAS

Os habitantes das comunidades alvo do projecto recorem as florestas próximas para obtenção de recursos madeiros e não madeiros. Contudo, alguns AFs recorem ao Monte Mabú para acesso a recursos não disponíveis em florestas mais próximas. Para este relatório, a floresta do Monte Mabú é considerada a mancha de floresta densa de altitude média, cujo o pico é o Monte Mabú aos 1700 metros. As outras florestas próximas referem-se as florestas próximas as comunidades, em alguns casos em Montes localmente existentes. Nas sub-sessões abaixo é efectuada a apresentação e discussão sobre os conhecimentos e acesso ao Monte Mabú.

6.2.1. Conhecimento do Monte Mabú

Conhecer o Monte Mabú nesta secção significa que a pessoa pode ter ouvido falar sobre o Monte, sem necessariamente ter chegado no Monte. AFs das 11 comunidades têm conhecimento sobre a existência do Monte Mabú (90%), contudo, destes apenas uma parte (44%) chegou ao Monte Mabú, dois quais 32% chegou na zona baixa do Monte¹³, 9% na zona intermédia¹⁴, e 9% na zona alta¹⁵. Os AFs que nunca chegaram ao Monte (10%) são de comunidades geograficamente mais distantes como Ceane.

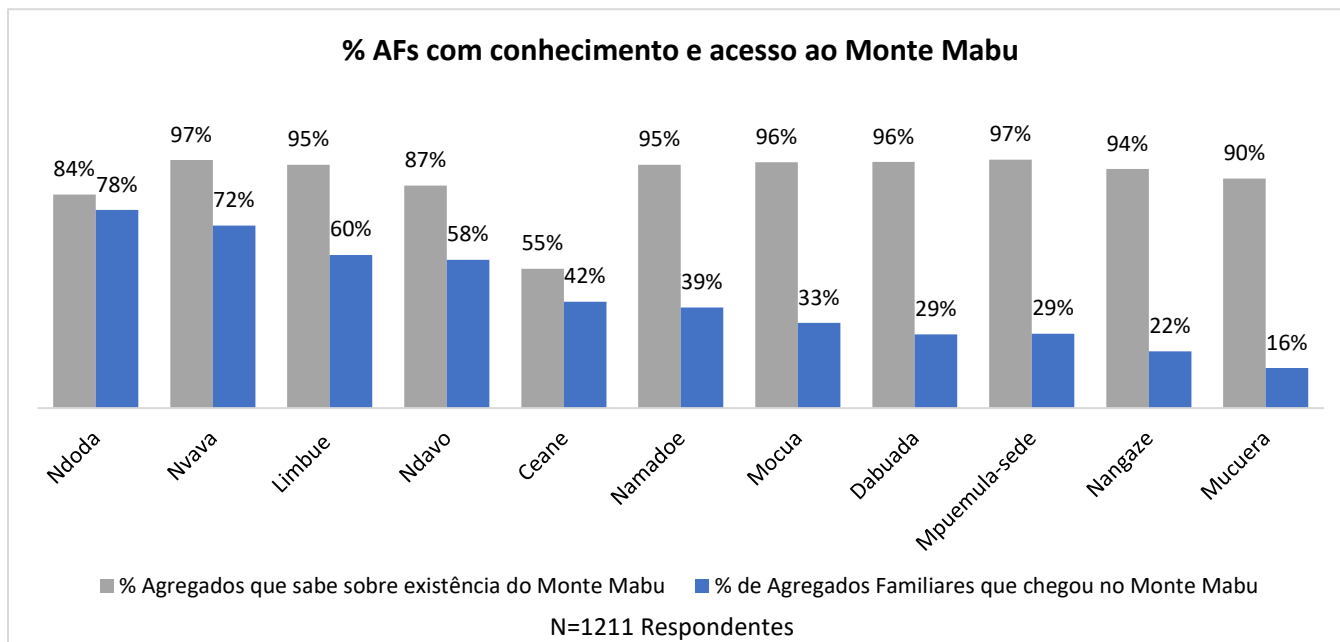


Gráfico 14 – % AFs que ouviu falar sobre os Monte Mabú vs AFs que chegaram a alguma parte (zona) do Monte

¹³ Zona Baixa refere-se a área entre 400 – 900 m de altitude floresta onde começam a emergir árvores que chegam a atingir 45m de altura entre a altitude de 500 – 900 m.

¹⁴ Zona Intermédia refere-se a zona de floresta densa entre 900 – 1400 m de altitude, com abundância de árvores altas com +45 metros de altura.

¹⁵ Zona alta aqui corresponde a área entre 1400 – 1700 metros, onde a alturas das árvores reduz para maximos de 30 metros e inclui a área do pico da montanha, pedregosas e encostas rochosas cobertas grama dispersa.

6.2.2. Acesso ao Monte Mabu

O acesso ao Monte para diferentes tipos de uso, pressupõe que o AF tenha chagado no Monte Mabu. AFs das comunidades da Localidade de Mabu têm no geral mais acesso ao Monte em relação aos AFs da localidade de Mpemula. Embora não seja simples encontrar um padrão entre proximidade geográfica, conhecimento e acesso ao Monte, os seguintes aspectos são notáveis:

- As comunidades de Ceane e Namadoe, que estão geograficamente mais distante do Mabu, é a que têm AFs com menos acesso ao Mabu na localidade de Mabu. No caso da comunidade de Namadoe o conhecimento sobre o Monte é alto (95%), considerando que tem contacto com comunidades com mais acesso ao Monte como Limbue e Nvava.
- A comunidade de Nangaze, embora sendo aparentemente a comunidade mais próxima do Monte na Localidade de Mpemula (e.g. é possível ver o pico do Monte desta comunidade, sendo que o mesmo não acontece a partir de outras da Localidade de Mpemula), têm mais AFs que afirmam ter conhecimento do Monte (94%) do que acesso (22%). As razões para menos acesso ao Monte nesta comunidade inclui mencões sobre distância (e.g. possivelmente porque a escalada do Monte do lado desta comunidade é mais ígreme do que do lado de Nvava), receio relacionados a questões espirituais (e.g. desagradar os espíritos e não regressar mais do Monte), crença na existência de animais selvagens (e.g. Leões).
- O acesso a zona baixa do Monte é geralmente associado ao uso agrícola, a zona intermédia a caça e zona alta a questões espirituais. Comunidades como Nvava Namadoe, Ndoda e Limbue têm mais acesso a zona de caça.
- As comunidades da Localidade de Mpemula tem metade de inqueridos que afirmam ter chegado ao Monte (24%) em relação as comunidades da Localidade de Mabu (56%). As comunidades com maior percentagem de pessoas que chegou ao Monte na Localidade de Mpemula são os mais distantes (Daduada e Mpemula-sede) em relação aos mais próximos, como é o caso de Nangaze mais próxima.

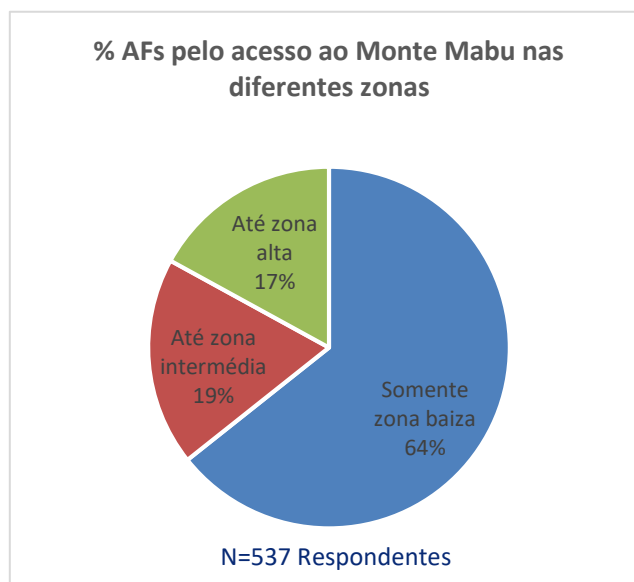


Gráfico 15 – % AFs pelas pelo acesso ao Monte Mabu em diferentes zonas

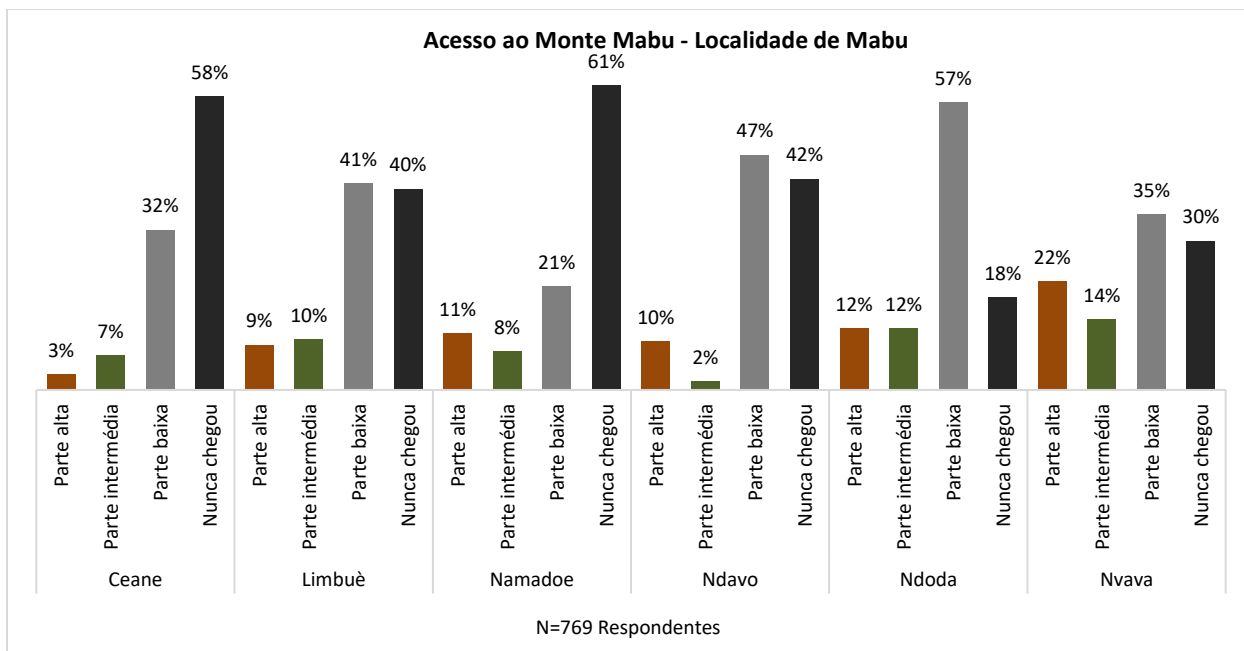


Gráfico 16 – % AFs de acesso ao Monte Mabu, pelas diferentes zonas na Localidade de Mabu

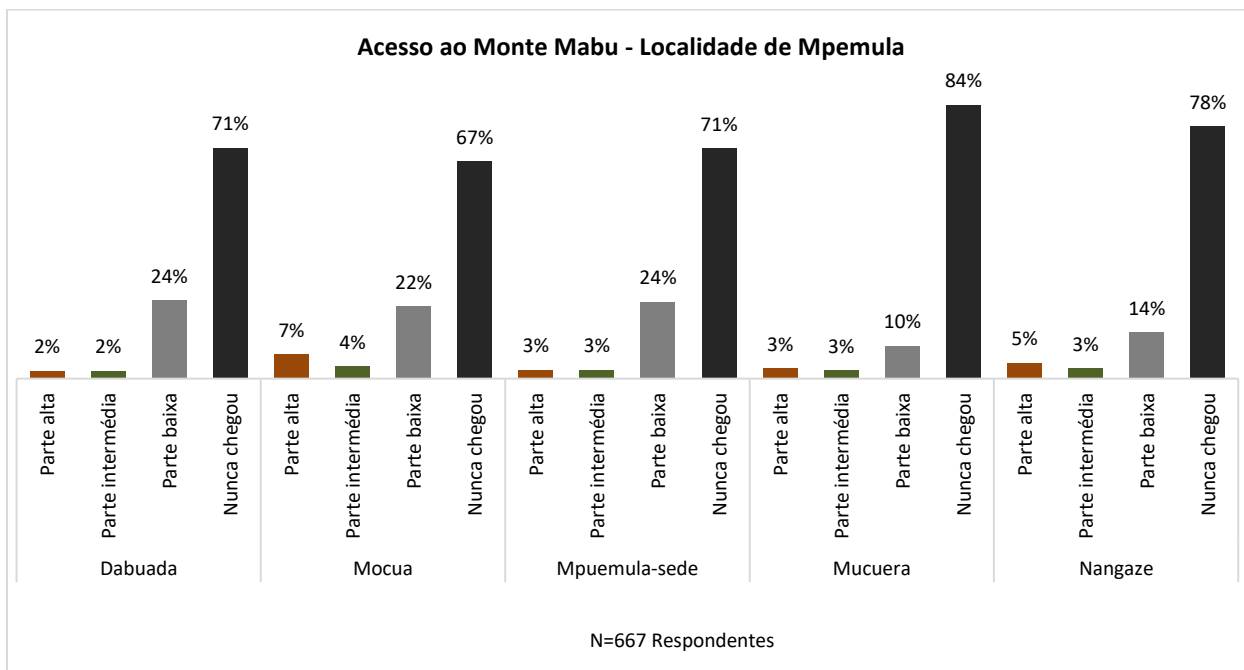


Gráfico 17 – % AFs acesso ao Monte Mabu, diferentes zonas na Localidade de Mpemula-sede

6.2.3. Extração de recursos naturais no Monte Mabu e Floresta local próxima

Os AFs recorrem a floresta local para a extração de recursos como lenha, bambu e cordas maioritariamente destinadas a construção. Produtos não madeireiros (alimentares) como

cogumelos e frutos silvestres, bem como plantas medicinais são também preferencialmente extraídos da floresta local. Os produtos de caça por sua vez, como animais pequenos¹⁶, médios¹⁷, pássaros são preferencialmente extraídos na floresta do Monte Mabu. Um número significativo de AFs (46%) afirma ter ido ao Monte Mabu sem extrair recursos, apenas para visita, porque a importância do Monte Mabu vai além de mera extração de recursos, conforme descrito na sessão abaixo.

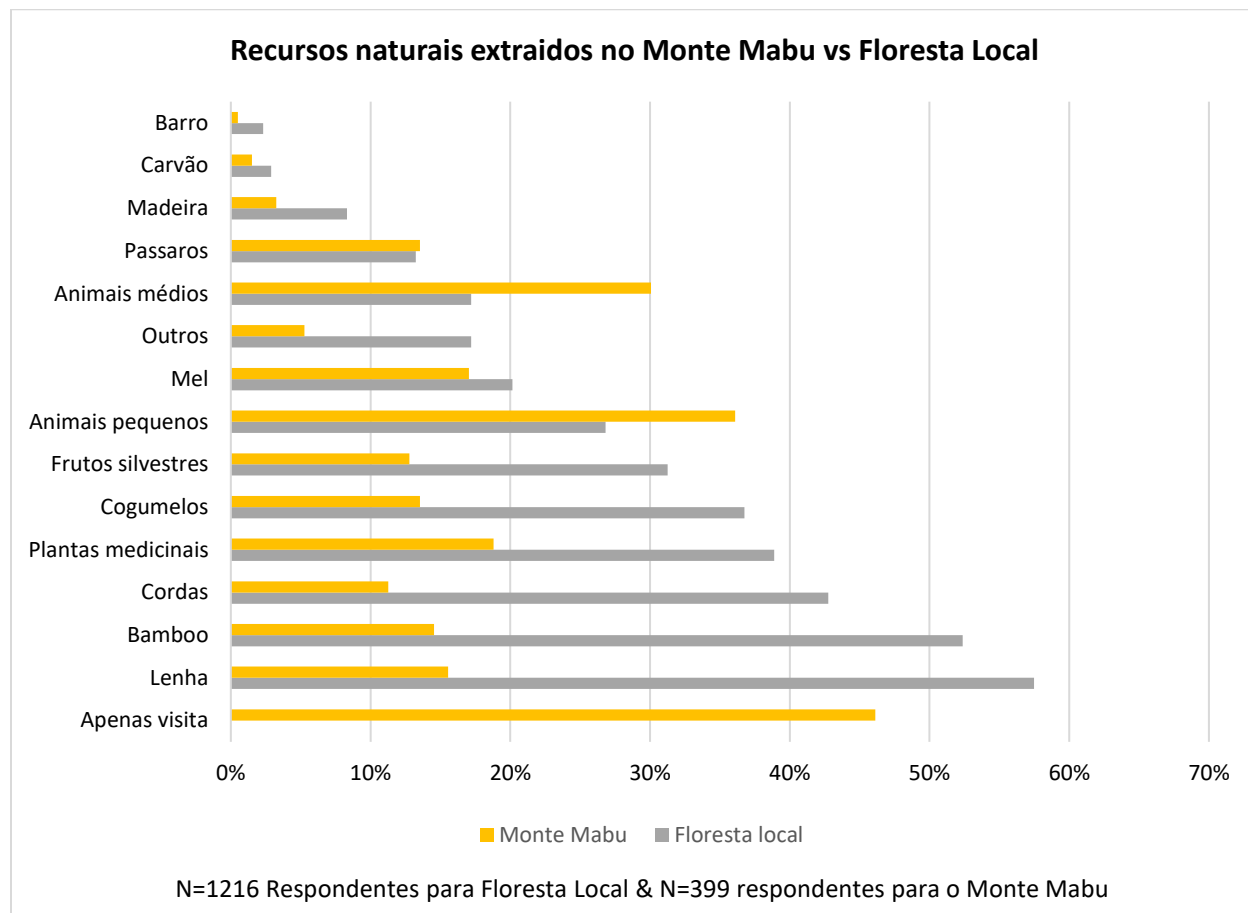


Gráfico 18 – % AFs com acesso a recursos naturais no Monte Mabu vs Floresta local

6.2.4. Valores do Monte Mabu

O Monte Mabu tem um forte valor cultural, espiritual, tradicional e histórico para as comunidades. Na mesma proporção, os AFs reconhecem os benefícios que eles têm acesso devido a existência do Monte, tendo mencionados as nascentes, a chuva e temperaturas

¹⁶ Neste documento, animais pequenos incluem ratazanas, galinha do mato, coelho, entre outros.

¹⁷ Neste documento, animais médias incluem antílopes, macacos, javalins, entre outros.

frescas. Este benefícios atribuidos ao Monte, tem também uma associação as crenças tradicionais, conforme descritas na secção 6.1.5. acima.

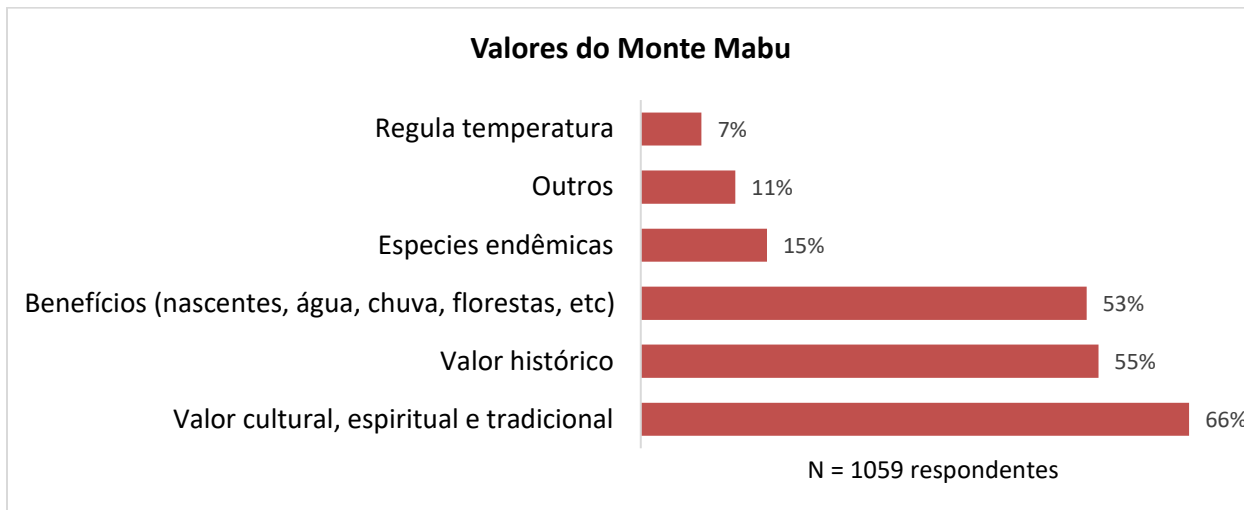


Gráfico 19 – % AFs pelo valores do Monte Mabu

6.2.5. Conservação do Monte Mabu

Os inqueridos dão suporte a conservação do Monte Mabu, sendo que na escala de Likert, 40% concorda fortemente e 41% concorda com a conservação do Monte Mabu. Os restantes 19% inclui inqueridos que afirmam estar neutros (11%), discordam (8%) ou discordam fortemente (1%). Entre os que concordam ou concordam fortemente com a conservação do Monte Mabu inclui os que estão a favor da preservação dos valores do Monte Mabu, bem como melhor acesso aos benefícios ecossistêmicos da conservação do Monte (e.g. temperatura fresca, nascentes, água, chuva, recursos florestais), outros ainda associam a conservação do Monte Mabu com a expectativa de recepção de visitas e benefícios dos “azugo” que significa brancos, não estando somente associado a cor da pele, mais acima de tudo a aqueles que podem pagar, oferecer ou fornecer algum benefício, como apoios, trabalhos eventuais (e.g. guias comunitários).

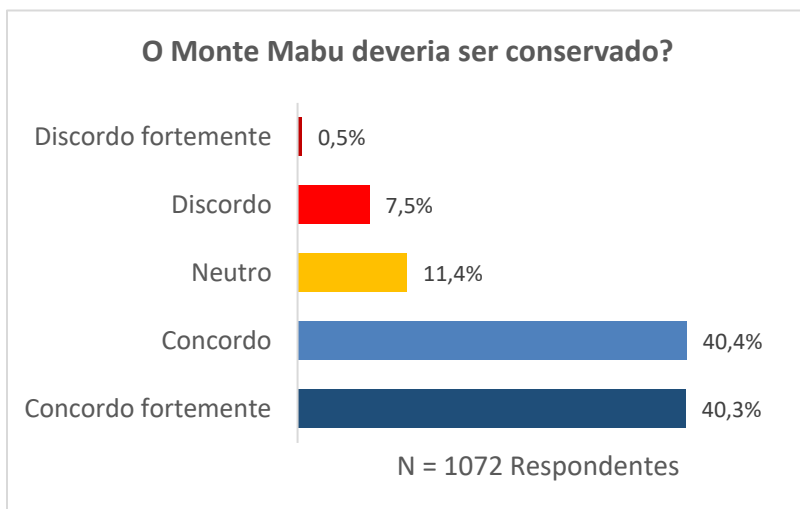


Gráfico 20 – % AFs pelo valores do Monte Mabu

Ainda que maior parte dos inqueridos (41%) afirma que não existe controle dos recursos naturais no Monte Mabu, uma parte significativa (27%) acha que os Líderes Comunitários controlam o acesso aos recursos do Monte. Mais pessoas de Nvava acham que o Líder comunitário controla os recursos e mais pessoas da comunidade de Limbuè vizinha acham que não há controle. Os inqueridos que afirmam

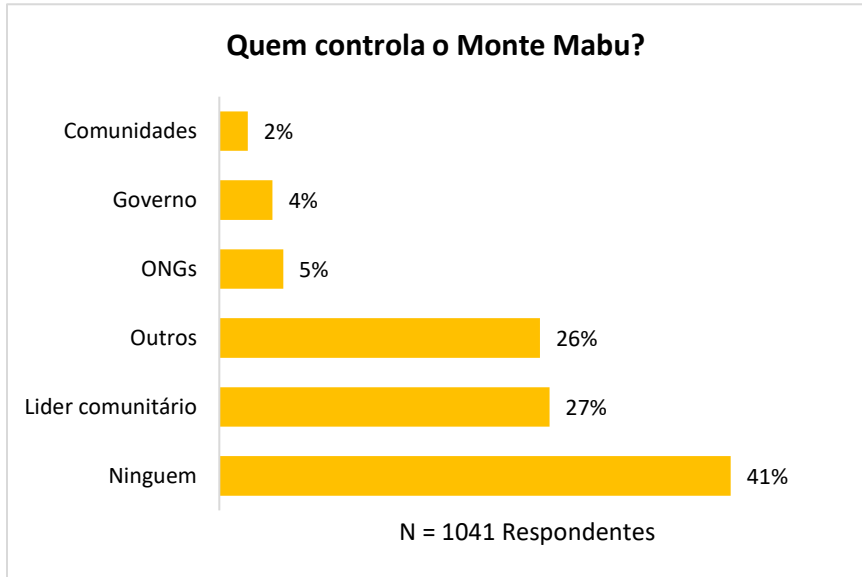


Gráfico 21 – % AFs pela percepção sobre quem exerce o controle sobre o Monte Mabu

que tem outros que controlam os recursos mencionaram Organizações da Sociedade Civil com histórico de trabalho no Monte Mabu, ou outros “Azugos”.

6.3. CARACTERIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES

A caracterização das habitações dos AFs é feita olhando para a cobertura do teto e revestimento das paredes das casas.

6.3.1. Cobertura das habitações

As habitações são maioritariamente cobertas de capim ou caniço (média de 70%) nas comunidades alvo do Projecto, sendo que no geral as comunidades da Localidade de Mpemula estão acima da média em termos de habitações cobertas com chapa e as comunidades da Localidade de Mabu, exceptuando Limbuè e Namadoe, estão baixo da média de habitações cobertas com chapa. Assume-se que uma habitação coberta com chapa é mais resiliente (e.g. situações de eventos climáticos extremos) do que habitações cobertas com capim, caniço ou plástico, e que ter casa com chapas é uma indicação de que o AF tem mais capacidade financeira em relação aos AFs com casas cobertas com material precário.

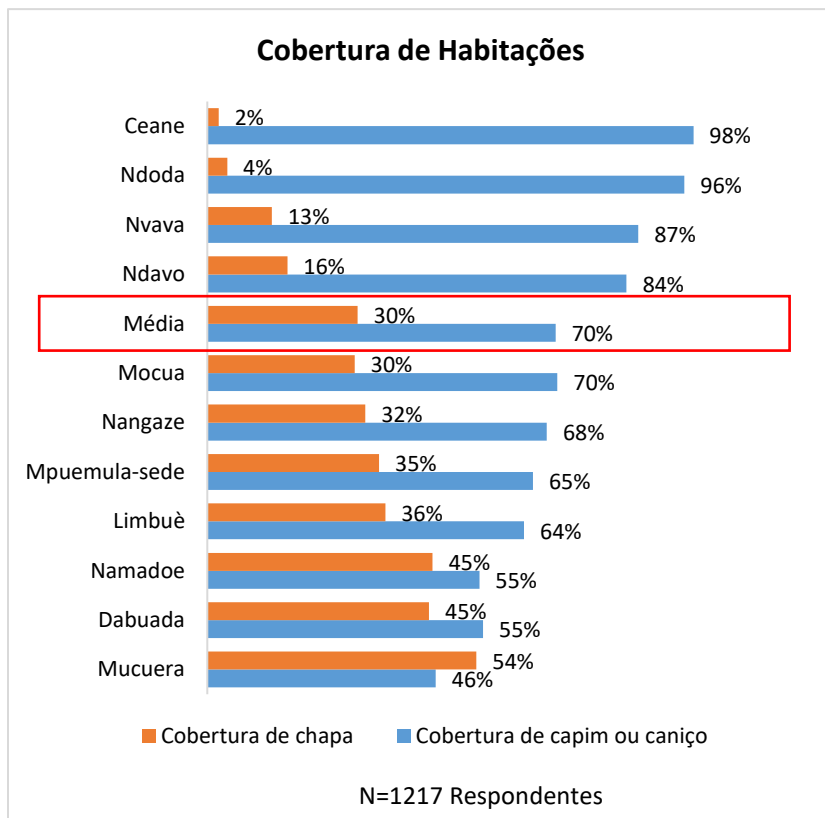


Gráfico 22 – % AFs pela condições da cobertura de suas habitações

6.3.2. Revestimento das paredes das habitações

As habitações com paredes feitas de bloco queimado (resiliente) ou blocos de barro (médio) são as mais predominantes, sendo que ambos representem 83% das casas. Casas feitas de blocos de cimentos (muito resilientes) são mais encontradas nas sedes das localidades sendo

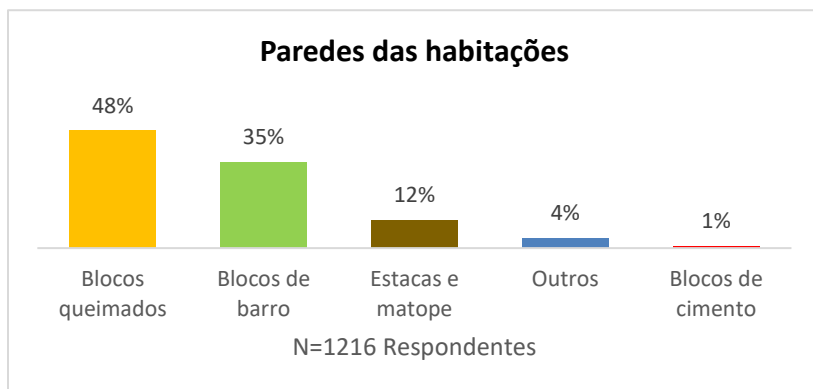


Gráfico 23 – % AFs pelas condições das paredes das habitações

Limbuè (2%) e Mpemula-sede (3%). Casas de Bloco queimado são mais encontradas nas comunidades da Localidade de Mpemula, como Mucuera (76%), Mocua (74%) e Nangaze (71%). Na Localidade de Mabu, Namadoe é a comunidade com mais casa com paredes de bloco queimado (66%). As casas feitas de bloco de barro (não queimado) ou estacas e matope (vulneráveis) são mais encontradas na Localidade de Mabu. Outro tipo de construções (geralmente muito vulneráveis) são aquelas com paredes de bambu, somente estacas, ou mesmo sem parede. Uma vez que nas 11 comunidades há registo de migrações frequentes, onde os AFs têm residência na machamba e na comunidade, algumas tem construções mais precárias (vulneráveis) na machamba e outra melhoradas no centro da comunidade.

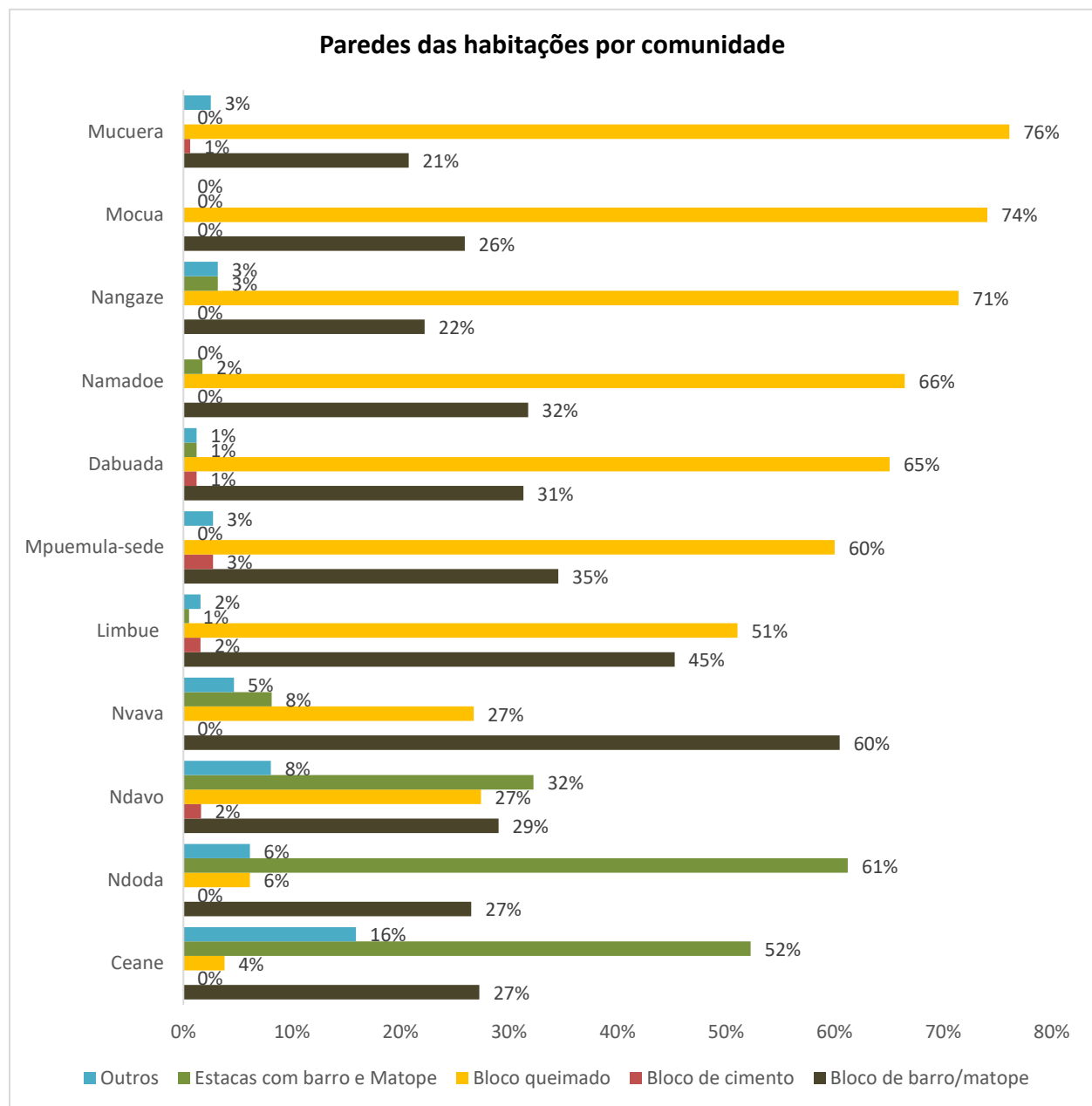


Gráfico 24 – % AFs pelas condições das paredes das habitações por comunidade



Figura 14 – Habitação com paredes de cimento e cobertura de chapa (muito resiliente) – Limbue, 2021



Figura 15 – Habitação com paredes blocos de barro e cobertura de palha (médio) – Mpemula-sede, 2021



Figura 16 – Habitação com paredes blocos quimados e cobertura de palha (médio) – Nangaze, 2021



Figura 17 – Habitação com paredes de bambu e cobertura de palha (muito vulnerável) – Mucuera, 2021



Figura 18 – Forno local de produção de blocos (resiliente) – Namedoe, 2021



Figura 19 – Habitação com paredes blocos quimados e cobertura de chapa (resiliente) – Nangaze, 2021

6.4. PERFIL DOS MEIOS DE VIDA

Os meios de vida da comunidade estão associados aos recursos naturais localmente existentes. Alguns AFs são mais diversificados para obtenção de alimento e renda e outros dependem de fonte única. Aproximadamente 95% dos Agregados Familiares afirma que o seu primeiro meio de vida é agrícola, maioritariamente virada para o consumo para 68.5% dos AFs ou virada para venda em pequena escala para 27%). Apenas 1.4% dos agregados familiares menciona o trabalho formal como seu meio de vida.

As culturas produzidas para o consumo coincidem com as culturas comercializadas em

pequena escala, que incluem milho, mandioca e leguminosas. Estas são compradas por pessoas de fora da comunidade no momento da colheita ou nos mercados locais no momento de escassez. O número de AFs que dependem de apenas 1 meio de vida é elevado (53%), geralmente o meio de vida agrícola.

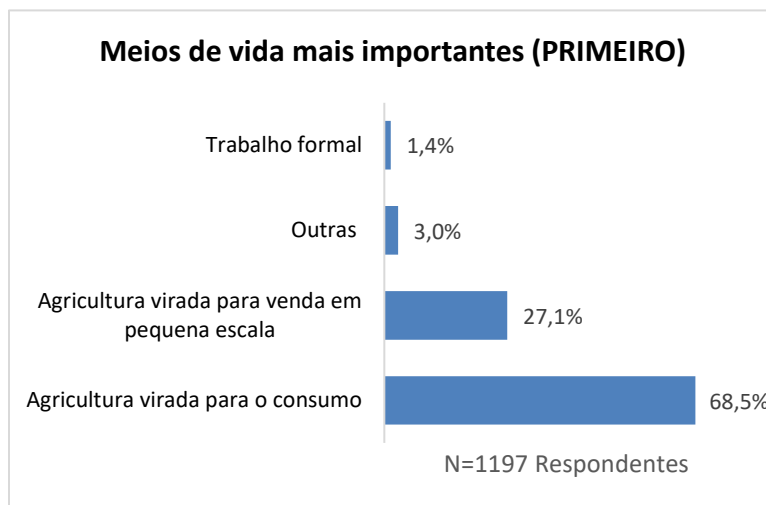


Gráfico 25 – % AFs pelo primeiro meio de vida mais importante

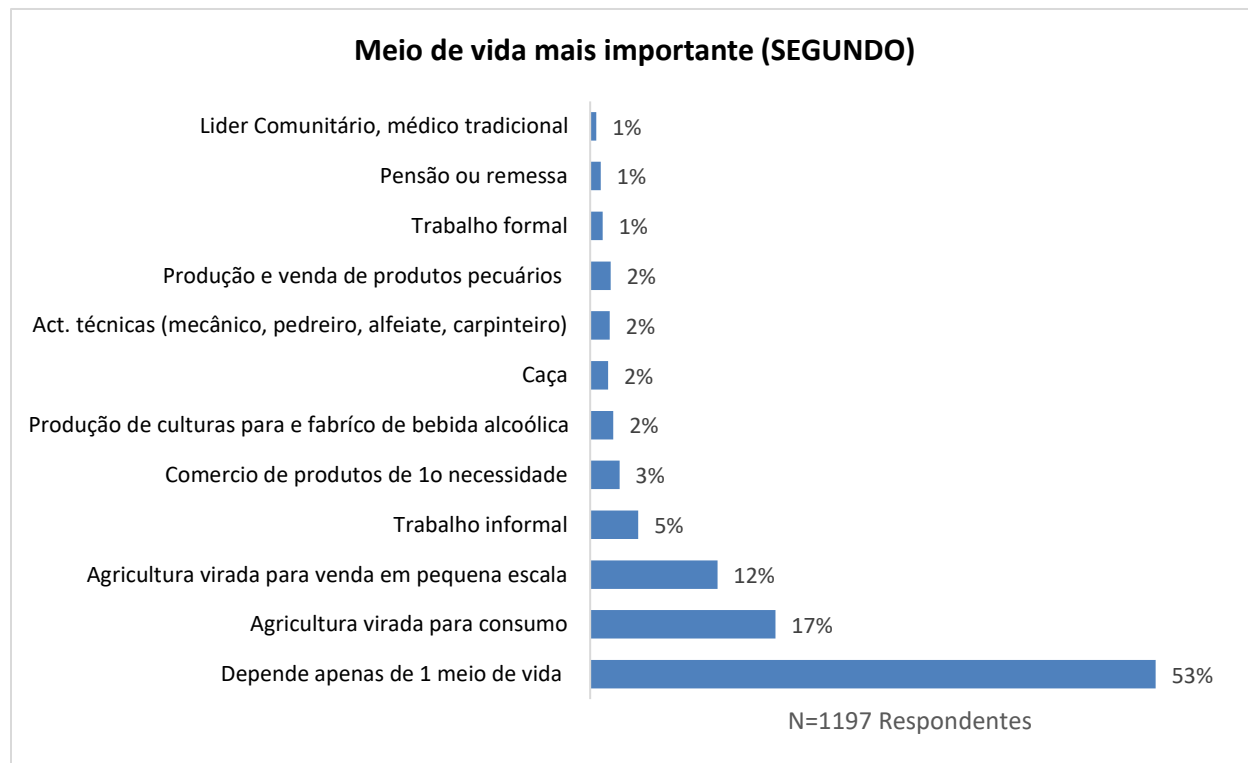


Gráfico 26 – % AFs pelo segundo meio de vida mais importante

A lista de segundo meio de vida mais importante é também dominada pela agricultura, quer para o consumo (17%) ou venda (12%).

Outros meios de vida mencionados como segundo incluem a caça (2%), produção de bebidas alcoólicas (2%) ou venda de animais domésticos (2%).

É importante notar que os AFs não reportam muitas mudanças no principal meio de vida. Os 3% que mudaram mencionam como motivos o facto de terem encontrado melhor oportunidade (e.g. emprego) ou por terem encontrado uma actividade mais rentável que a anterior.



Gráfico 27 – % AFs que mudaram o seu meio de vida nos últimos 5 anos

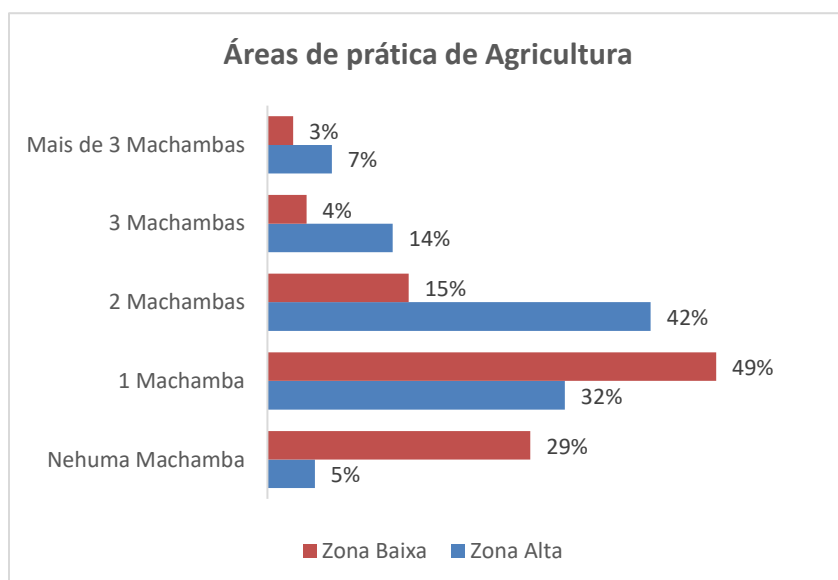
6.4.1. Meio de vida agrícola

% de Agregados Familiares que praticam Agricultura	96% pratica Agricultura
	4% não pratica Agricultura

A agricultura é o meio de vida mais praticado nas 11 comunidades. Ela é praticada na zona baixa e na zona alta, onde a média de machambas por agregado familiar é de 1 e 2 nas zonas baixa e alta respetivamente.

A percentagem de AFs sem machamba na zona baixa (29%) é maior que AFs sem machamba na zona alta (5%).

Comunidades com menos machambas na zona alta inclui Ceane (41%), Mpemula-sede (34%) e Nvava (28%). Em todas as comunidades, mais de 1/3 dos AFs têm pelo menos 1 machamba em zona baixa e somente 2 comunidades têm



AFs praticando agricultura em 1 machamba zona baixa acima da média de 49%, que são Ndoda (53%) e Ndavo (52%).

Gráfico 28 – % AFs pela área de prática de Agricultura

Culturas produzidas

Quase todos AFs produzem milho (99%), seguida de mandioca (89%) e feijão (54%) que são parte importante dieta das famílias, bem como para o comércio em pequena escala. Culturas “usualmente” conhecidas como de rendimento, como o tabaco, chá e castanha de caju foram pouco mencionadas como tendo sido produzidas na campanha agrícola 2020/21. Contudo, comunidades como Limbue e Nvava têm registos históricos de produção de chá (e.g. chá Tacuane). Embora neste momento há registo de culturas para fabrico de borracha entre as comunidades de Namadoe, Limbue e Nvava, essa não é feita pela comunidade, mas por operadores privados.

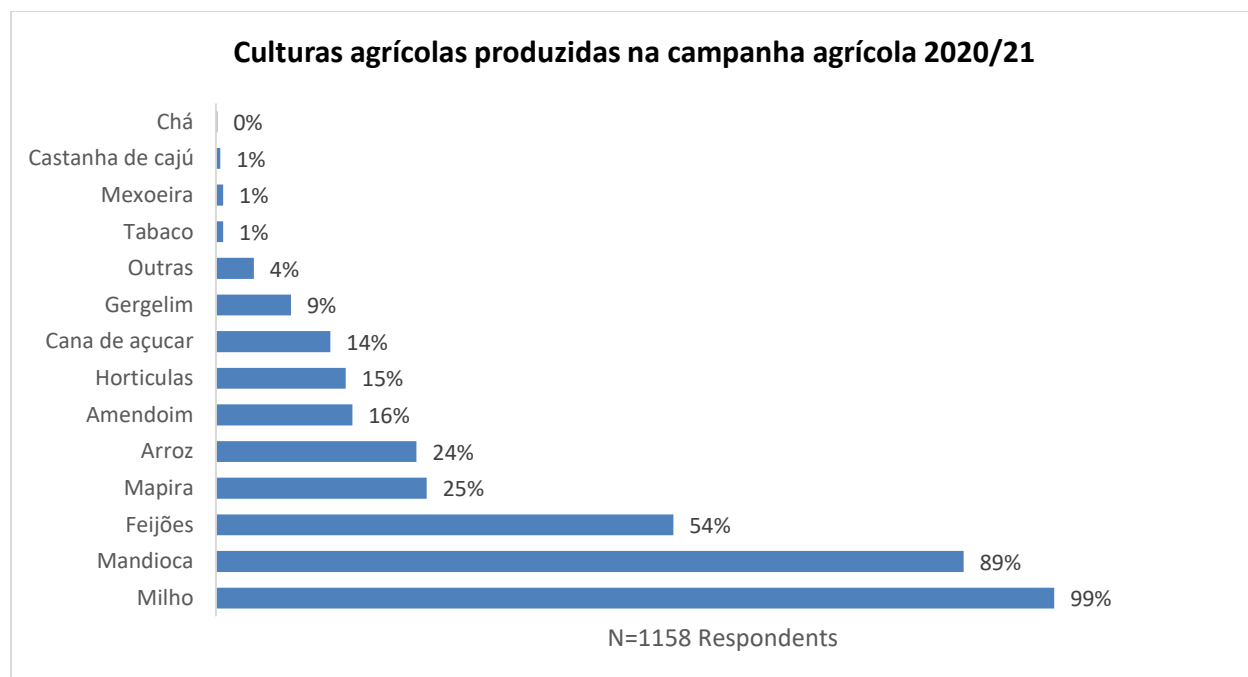


Gráfico 28 – % AFs pela área de prática de Agricultura

A quantidade de milho produzida por AF (sacos de 50 kg) por campanha varia, sendo que maior parte dos AFs (83%) produz quantidade igual ou inferior a 10 sacos.

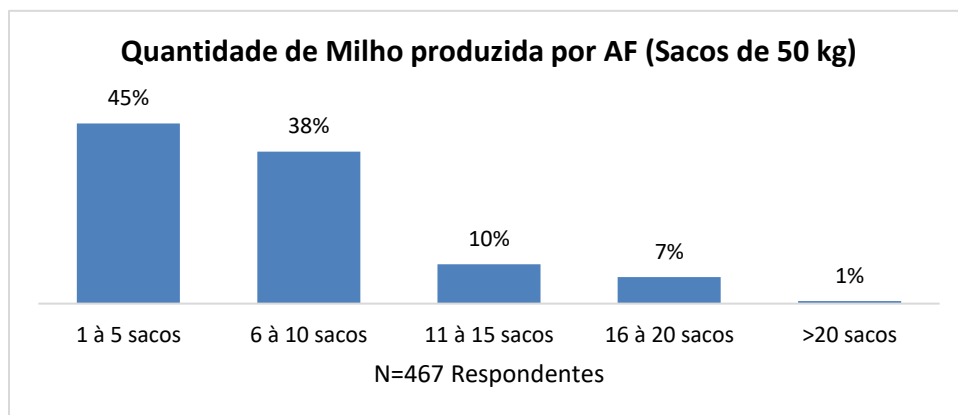


Gráfico 29 – % AFs pela quantidade de milho produzido em sacos de 50 kg

Prática de Agricultura de Conservação

A consociação de culturas foi a prática de Agricultura de Conservação mais mencionada como sendo aplicada pelos AFs (65%). A rotação de culturas foi também mencionada, bem como a mudança frequente de machamba, sendo que a permanência na mesma machamba pode variar entre 1 a 3 anos. A não

prática de queimada foi pouco mencionada (13%). As queimadas e a mudança frequente de machambas, que pode estar associado ao deslocamento frequente dos AFs, mencionado na sessão sobre habitação acima, são parte das maiores ameaças aos recursos naturais nas 11 comunidades, incluindo áreas próximas a zona baixa do Mabu. Ao longo do trabalho de campo foi possível ver poucas práticas de Agricultura de Conservação aplicadas, como cobertura do solo ou lavoura mínima, sendo que os casos mais comuns incluem a consociação. As queimadas foram também avistadas com frequência, uma vez que no mês de realização do inquérito (Dezembro), alguns AFs ainda estavam a preparar solos para campanha 2021/22 .

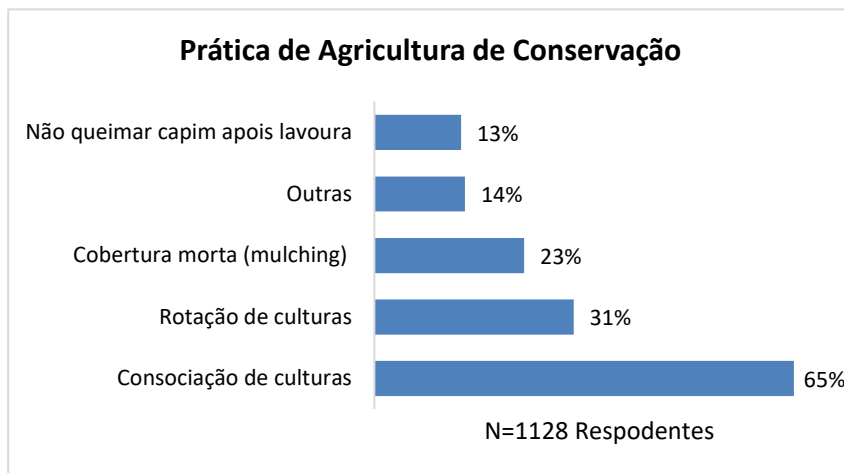


Gráfico 30 – % AFs pela prática de Agricultura de Conservação

Técnicas de gestão pós-colheita

O armazenamento da produção agrícola nos celeiros é a prática de gestão pós-colheita mais mencionada (83%). A secagem também é importante (71%), especialmente para a mandioca. O processamento da produção está geralmente associado a moagem do milho (22%). Outros processamentos (5%) referem-se ao uso de pilão para o milho e mandioca, destilação de bebidas, geralmente feitas de cana de

açúcar. Alguns AFs fazem a colheita instância da produção, especialmente da mandioca, ou seja, deixam a produção na machamba e vão tirando conforme as necessidades.

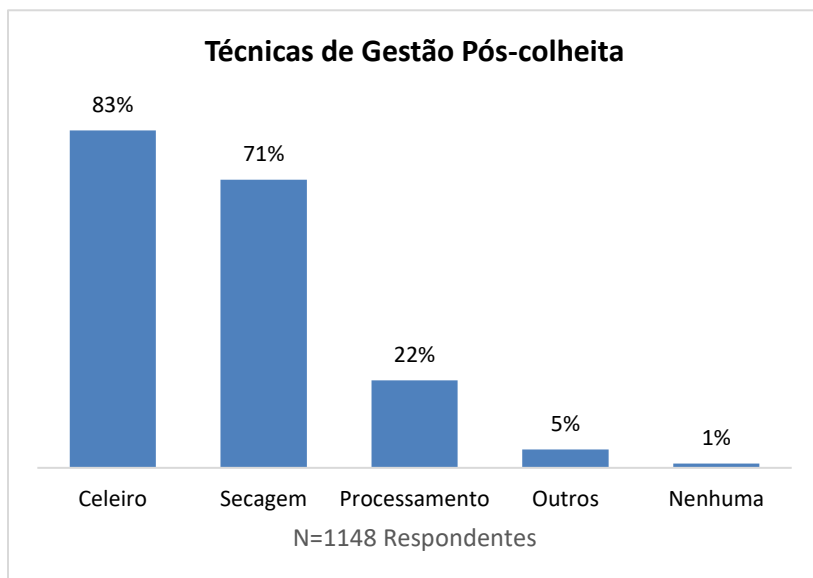


Gráfico 31 – % AFs pelas técnicas de gestão pós-colheita



Figura 20 – Machamba de Mandioca, sem aplicação de práticas de Agricultura de Conservação (zona alta) – Dabuada, 2021



Figura 21 – Machamba de Milho, sem aplicação de práticas de Agricultura de Conservação (zona baixa) – Limbue, 2021



Figura 22 – Elevação desmatada para abertura de campo agrícola – Mocua, 2021



Figura 23 – Elevação desmatada para abertura de campo agrícola – Mocua, 2021

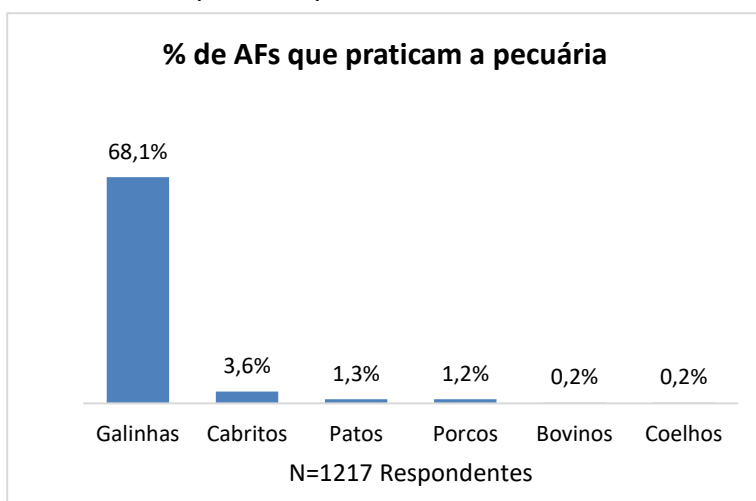


Figura 24 – Ecosta desmatada para abertura de campo agrícola – Nangaze, 2021

6.4.2. Meio de Vida Pecuário

% de Agregados Familiares que praticam pecuária	68.0% praticam actividade pecuária
--	---

As 11 comunidades não apresentam muita diversidade na actividade pecuária. As galinhas são os animais mais criados (68%), sendo que as comunidades da localidade de Mpemula têm mais AFs criando galinhas (todas comunidades acima da média de 68%) em relação as comunidades da localidade de Mabu (apenas as comunidades de Ndavo e Ndoda acima da média de 68%). Outros tipos de criação são pouco frequentes e isso está em parte relacionado a predominância dos cristãos Adventistas do Sétimo Dia, cuja doutrina de temperança restringe o consumo de animais como patos, porcos ou coelhos por não ruminarem e terem casco dividido. Os criadores de porcos e patos foram mais encontrados em Ceane, os criadores de caprinos em Ndavo, bovinos em Ndoda e Mocua e o criador de coelhos e Mpemula-sede.



Ndavo, bovinos em Ndoda e Mocua e o criador de coelhos e Mpemula-sede.

Quanto as galinhas (cafreal), a média de animais criados é de 9 por AF. Contudo, 30.5% dos AFs criam 1 à 5 Galinhas, 19% criam 6 à 10 galinhas, 8% criam 11 à 15, 4% criam 16 à 20, 5% criam 21 à 50 e 0.5% mais de 50 galinhas.

Gráfico 32 – % AFs que praticam pecuária

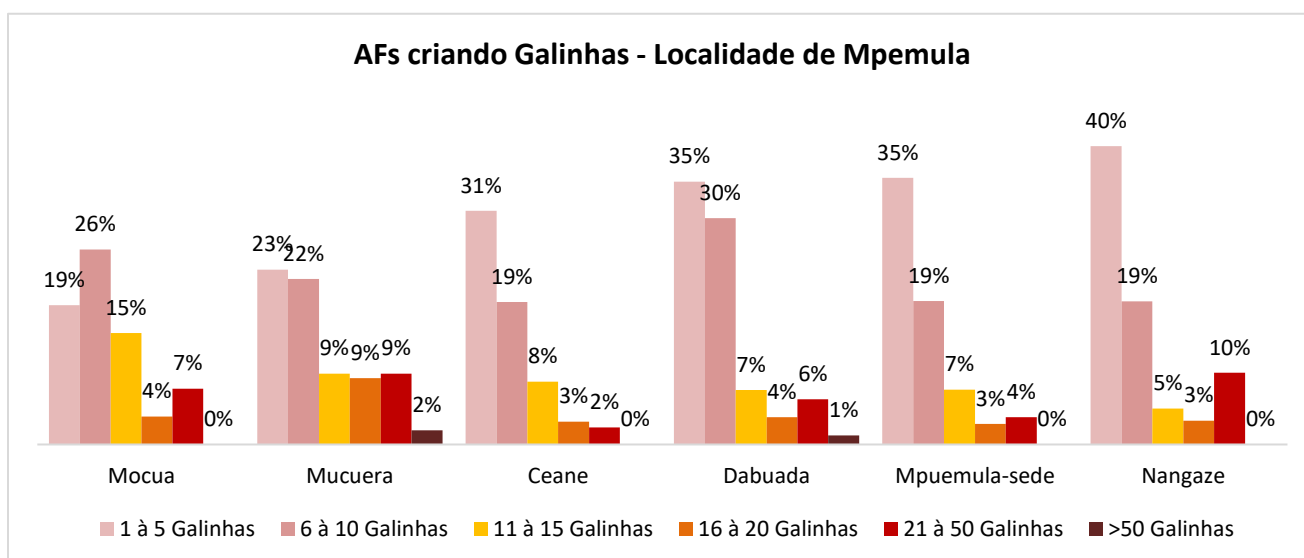


Gráfico 33 – % AFs que criam galinhas na localidade de Mpemula

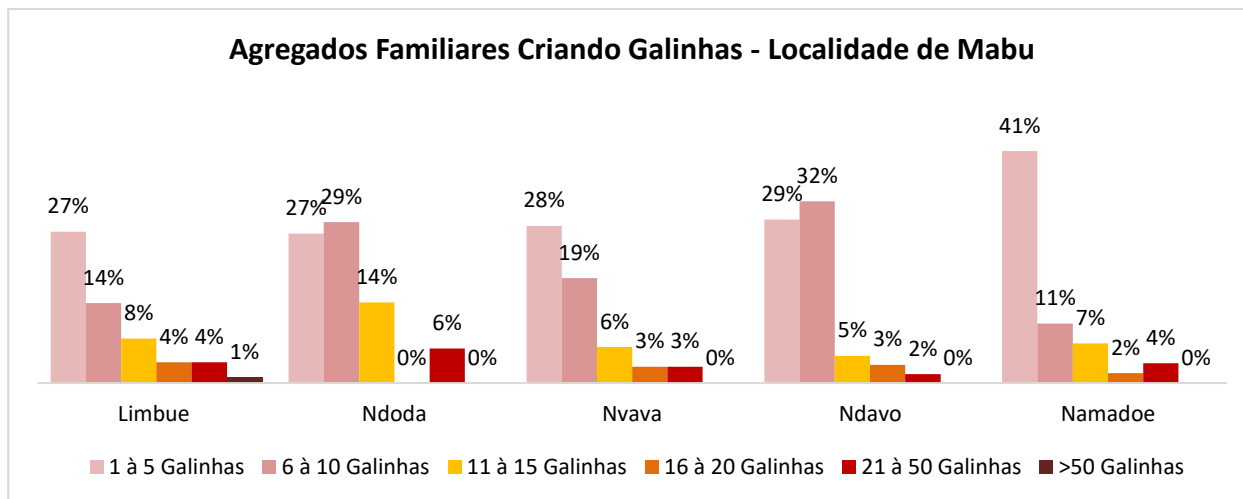


Gráfico 34 – % AFs que criam galinhas na localidade de Mabu

6.4.3. Meio de Vida de Fruticultura

% de Agregados Familiares que possuem árvores de fruta	84% possuem árvores de fruta
	16% não possuem árvores de fruta

A maior parte dos AFs possuem alguma árvores de fruta (84%) geralmente plantadas próximo a suas habitações. Na contagem de árvores de fruta não foram consideradas arvorés de frutos silvestres, que são importantes para os AFs.

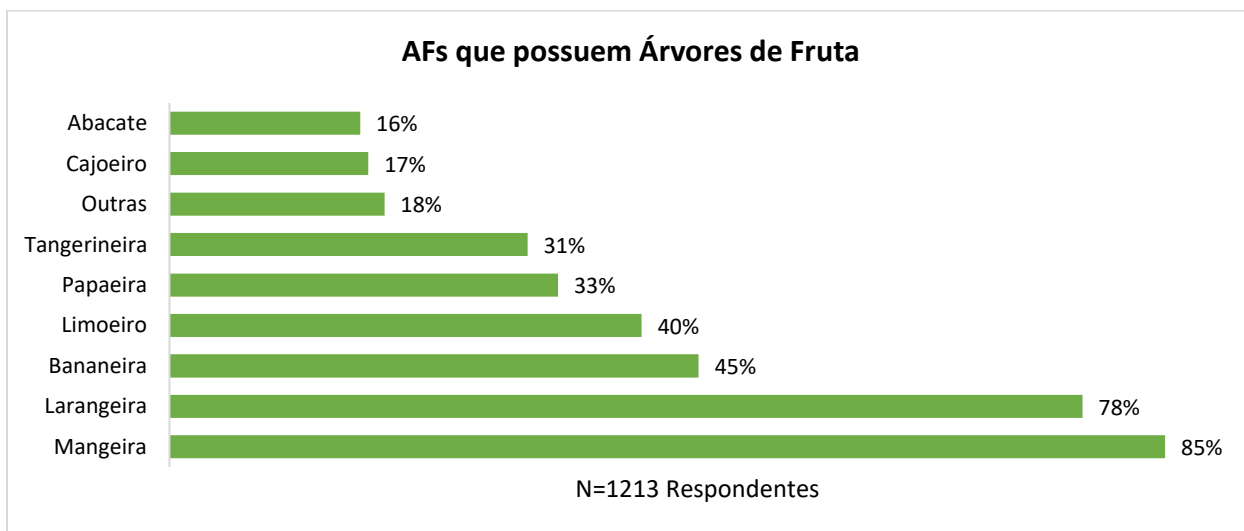


Gráfico 35 – % AFs que possuem árvores de fruta

As mangueiras são as árvores de fruta mais predominantes (85%) nas comunidades. O número de Mangueiras por AF varia de 1 até 2 dezenas. O ananás é também uma fruta plantada nas comunidades alvo do projecto.

6.4.4. Meio de Vida de Caça

% de Agregados Familiares praticam caça no Monte Mabu	84.8% nunca praticou caça no Monte Mabu
	7.7% já praticou caça no Monte Mabu, mas abandonou
	7.5% actualmente pratica caça no Monte Mabu

A caça é uma actividade importante nas comunidades ao redor do Monte Mabu. Esta é realizada geralmente nos montes e floresta que ainda possuem animais, como o Monte Elica na comunidade de Daduada. O Monte Mabu é um dos que ainda possui animais de interesse dos caçadores. Contudo, 84.8% dos AFs afirma que nunca caçou no Monte Mabu, estando isso relacionado ao facto de a caça não fazer parte do seu meio de vida ou pela distância para chegar ao Monte Mabu, considerando que apenas 44% dos Agregados Familiares já chegou no Monte Mabu e 36% deste alcançou a parte intermédia ou alta do Monte, importante para a caça neste momento.

Para os que praticavam a caça e abandonaram os motivos incluem a idade, a mudança na fonte de renda a alimento, a escassez de animais. Dos que mencionam a idade também afirma que o Monte Mabu foi um importante refúgio no tempo de guerra, altura onde a caça era mais favorável.

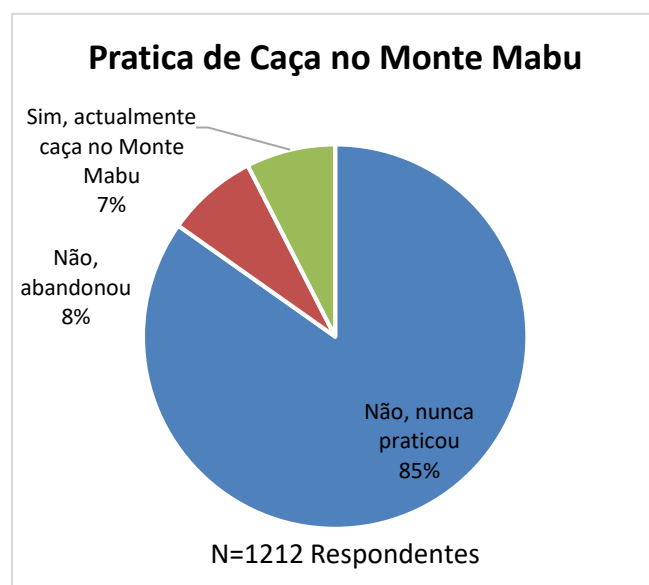


Gráfico 36 – prática de caça no Monte Mabu

É também curiosa a influencia do casamento na prática da caça, devido a predominância da linhagem matrilinear, onde por ocasião do matrimónio o homem desloca-se a casa da mulher. Por via disso, foram encontrados casos de homens que caçavam quando viviam em comunidades mais próxima do Mabu e abandonaram a actividade devido ao matrimónio. Outro aspecto por explorar é o facto de alguns animais serem considerados impuros pelos Adventistas do Sétimo Dia, como macacos, coelhos, ratazanas pelo que possivelmente não preferidos. Informações de caçadores mostram que têm estado a acontecer mudanças na prática da caça, visto que a alguns anos atras a caça era feita com recurso a redes, que era uma actividade colectiva, onde os produtos da caça eram partilhados entre os caçadores. Actualmente a caça é

preferencialmente feita com recurso a ratoeiras, que faz com que a caça deixe de ser colectiva para ser uma actividade individual, que faz que tem a arte para caçar (ratoeira).

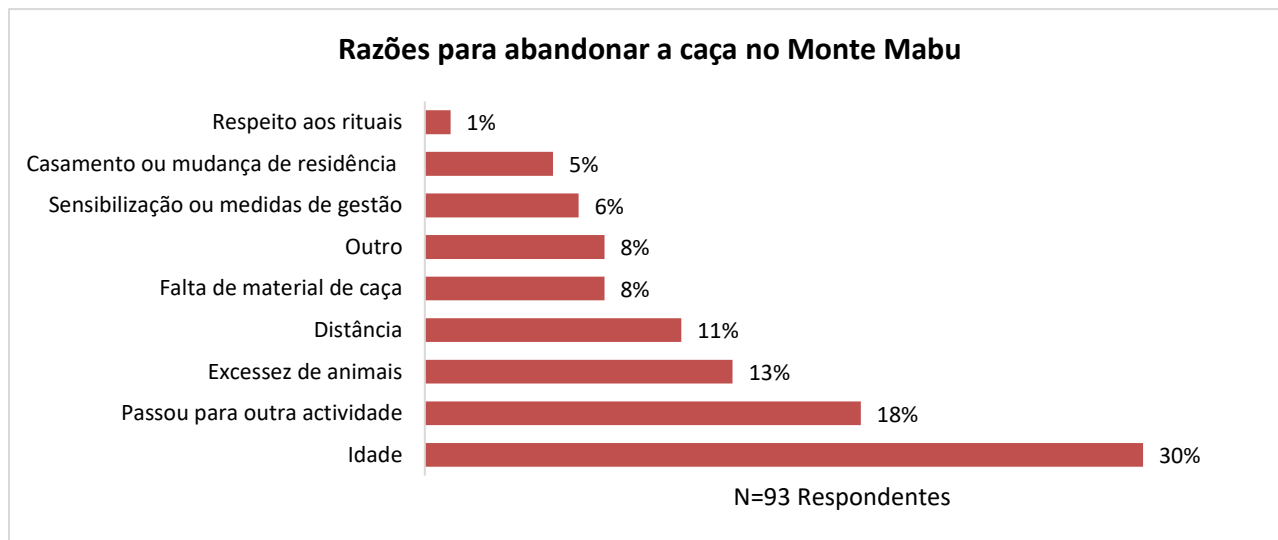


Gráfico 37 – razões para abandono da caça no Mabu

Relação entre acesso ao Monte Mabu e a pratica da caça

As comunidades cujos AFs afirmam ter chegado ao Monte Mabu são, no geral, as que têm mais AFs que afirmam que caçam. É notável ainda que ter chegado a zona alta do Monte Mabu e caçar no Monte Mabu tem

coeficiente de correlação de *Pearson* moderado (0.56), menor que chegar na zona baixa e caçar no Monte Mabu, cuja correlação é forte (0.70). Chegar na zona intermédia e caçar no Monte Mabu tem maior correlação (forte) (0.74)

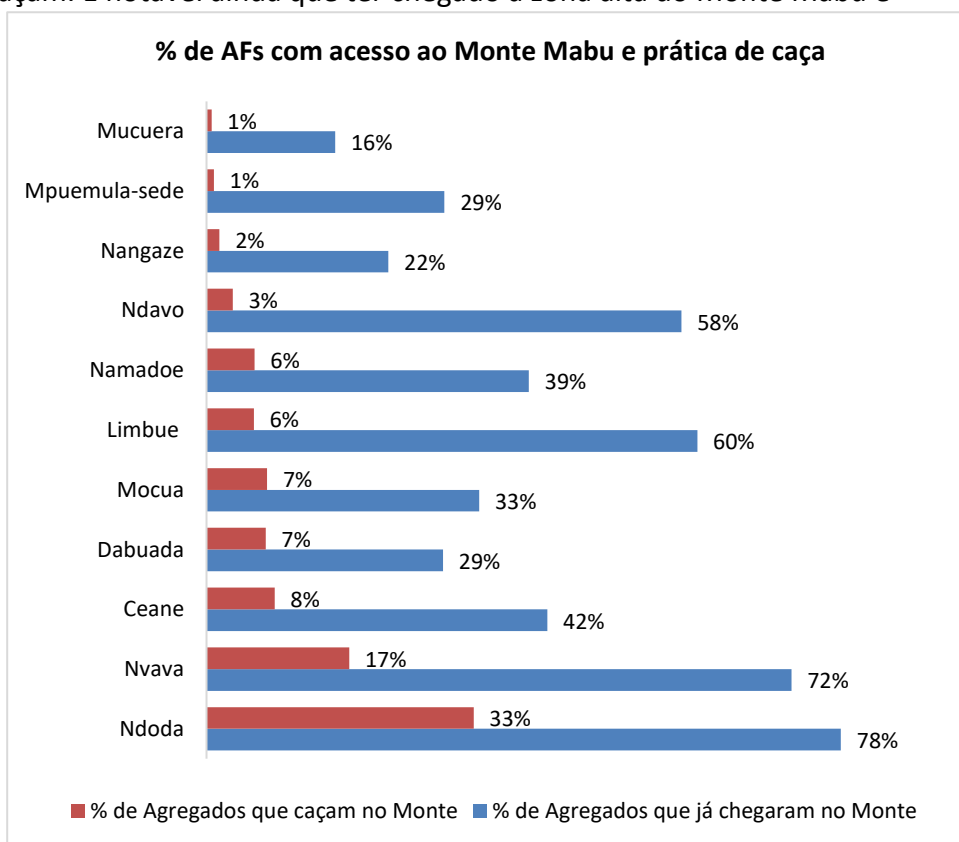


Gráfico 38 – % de AFs com acesso ao Monte Mabu e prática de caça

Animais caçados

Os animais mencionados como caçados no período até 7 dias do momento de realização do inquérito incluem os seguintes: Antílopes localmente chamados de perna-fina ou canguru, ratazana, macaco cara preta, galinha do mato, Javali, coelhos, perdiz e pala-pala.

Os 7.5% dos AFs que actualmente caça no Monte Mabu não o fazem com a mesma frequência ao longo da semana. Parte significativa deste caça num período entre 1 a 2 dias (72.4%), os restantes caçam com mais frequência.

Com relação aos animais que existiam a 10 anos atrás, mas que não são mais avistados, os seguintes foram mencionados: Leão, Leopardo, Girafa, Elefante, Búfalo e Tigre.

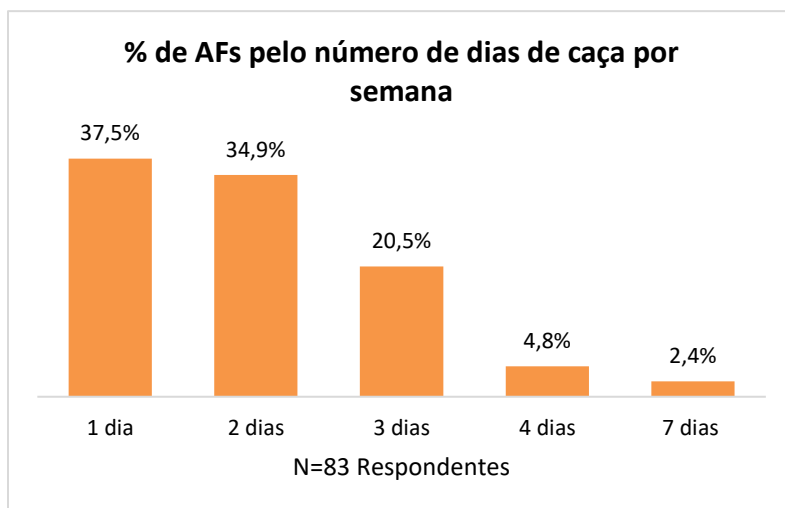


Gráfico 39 – % de AFs com acesso ao Monte Mabu e prática de caça



Figura 25 – Ratazana caçada no Monte Elica - Dabuada 2021



Figura 26 – Ratazanas caçadas no Monte Elica, - Dabuada 2021

VII. INDICADORES SOCIOECONÓMICOS

Nesta secção são apresentados os resultados para os indicadores socioeconómicos para as comunidades alvo do projecto.

7.1. INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INDICADOR 1 - Número de Meses com Provisão Adequada de Alimentos nos Agregados Familiares (MAHFP)

% de Agregados Familiares com provisão adequada de alimentos	A média de Meses com Provisão Adequada de Alimentos é 9.8 meses
	A média de Meses com Provisão Adequada de Alimentos é 9.7 meses para agregados familiares liderados por mulheres
	A média de Meses com Provisão Adequada de Alimentos é 9.9 meses para agregados familiares liderados por homens
	Apenas 0.1% dos AFs têm Provisão Adequada de Alimentos para pelo menos 10 meses ao longo do ano

Para determinar o número de Meses com Provisão Adequada de Alimentos foi usado MAHFP. Esta ferramenta apoia a determinar os meses ao longo do ano em que os AFs são capazes de obter alimentos para o consumo. A comunidades alvo do projecto tiveram acesso a alimento variável ao longo do ano, sendo que a média foi de 9.8 meses com provisão adequada de alimentos, numa diferença pouco significativa entre agregados familiares liderados por homens e mulheres.

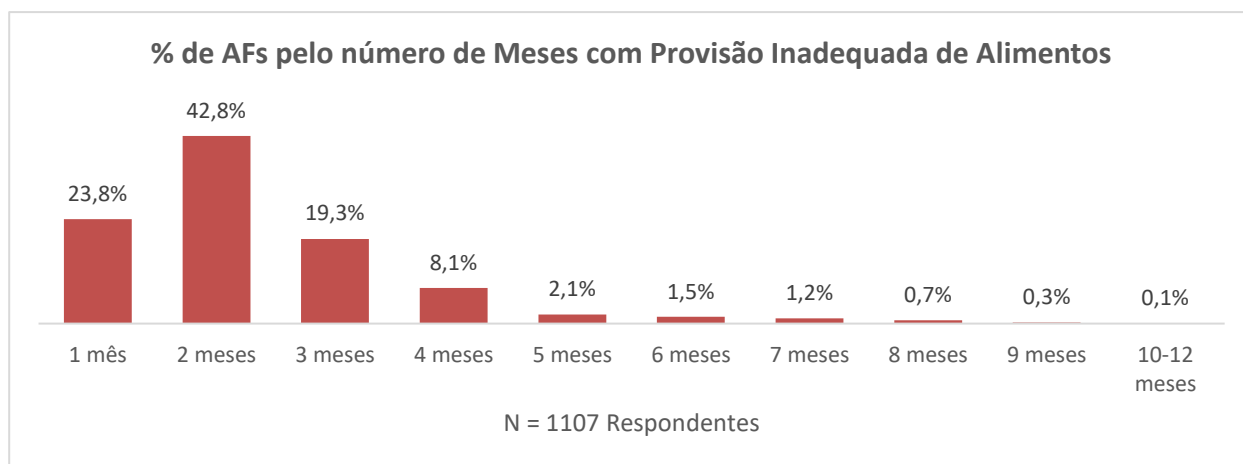


Gráfico 40 – % de AFs pelo número comulativo de Meses com Provisão Inadequada de Alimentos

A maior parte dos AFs (86%) tem entre 1 a 3 meses com provisão inadequada de alimentos e os meses críticos, onde há mais dificuldades no acesso a alimentos são Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Outubro e Março são os meses de transição entre os períodos críticos e os períodos com melhor provisão de alimentos.

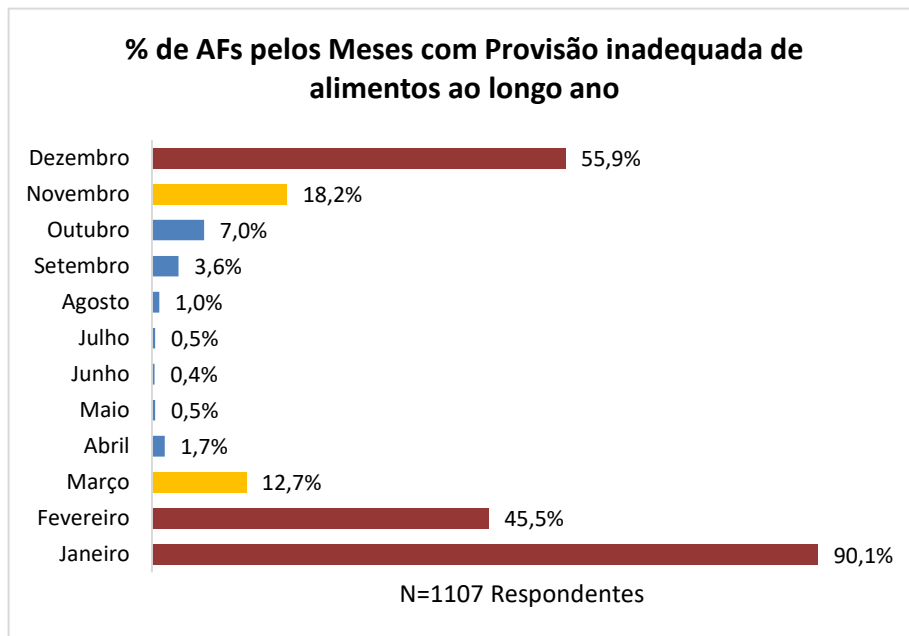


Gráfico 41 – % de AFs pelos Meses com Provisão Adequada de Alimentos

INDICADOR 2 – Número de Refeições por Idade

<p>% de Agregados Familiares pelo número de refeições por dia</p>	<p>Os AFs têm em média 2 refeições por dia, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 58% dos Agregados com crianças < 5 anos • 67% dos Agregados Familiares com crianças e jovens entre 5 à 17 anos • 68% dos Agregados Familiares com jovens >18 anos
--	---

Enquanto aproximadamente $\frac{2}{3}$ dos AFs têm 2 refeições, aproximadamente $\frac{1}{3}$ tem 3 refeições.

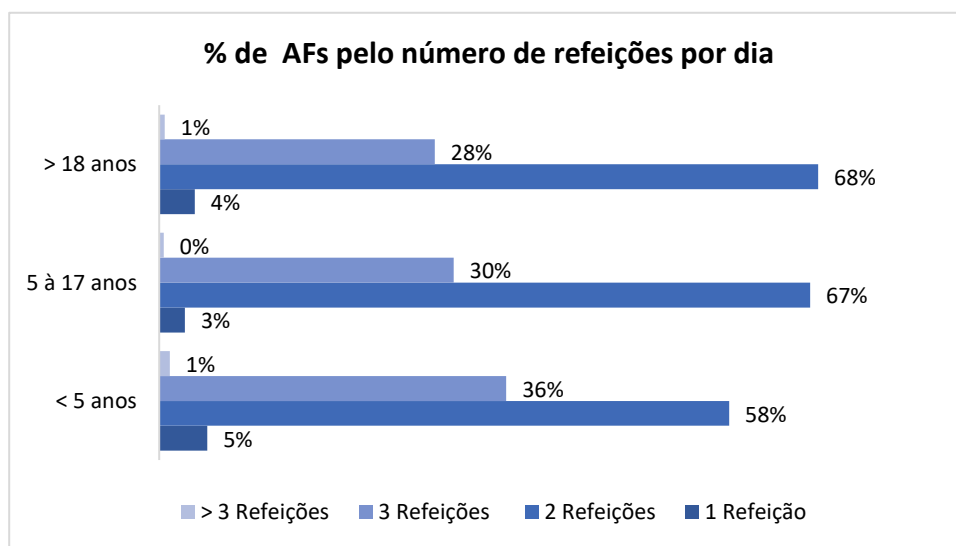


Gráfico 42 – % de AFs pelos número de refeições por dia

INDICADOR 3 - Diversidade Dietética nos Agregados Familiares (HDDS)

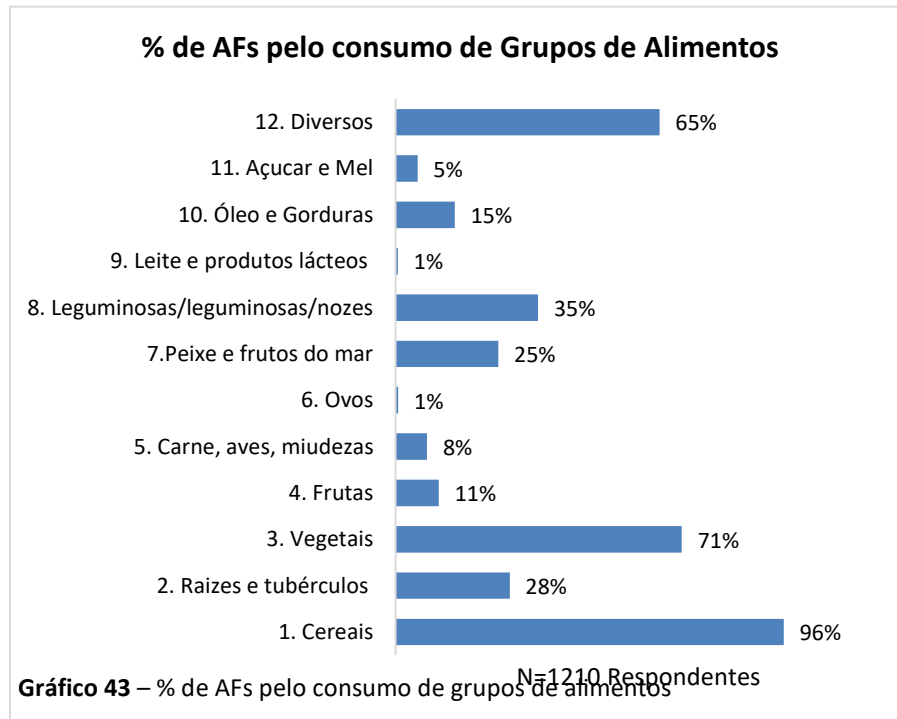
% de Agregados Familiares com Score de Diversidade Dietética (HDDS) >4	• A média de Diversidade Dietética dos AFs = 3.7
	• A média de Diversidade Dietética dos AFs liderados por mulheres = 3.6
	• A média de Diversidade Dietética de AFs liderados por homens = 3.8
	• % AFs com Diversidade Dietética > 4 é 25%

A Diversidade Dietética¹⁸ é uma indicação para segurança alimentar e nutricional, através da medição do número de grupos de alimentos consumidos pelos agregados familiares nas últimas 24 horas. A diversidade de grupos de alimentos consumidos pelo agregado familiar é um proxy para:

- Diversidade da Dieta do Agregado Familiar;
- Uma dieta diversificada do Agregado Familiar pode ser uma indicação de melhorada nutrição infantil;
- Diversidade dietética está correlacionada com factores como elevada adequada provisão de colorias e proteínas.

Os AFs das 11 comunidades apresentam um score de Diversidade Dietética de 3.7 grupos de alimentos consumidos nas últimas 24 horas, sendo principalmente os cereais (98%), vegetais (71%), diversos (65%) e as leguminosas (35%).

Embora os AFs tenham consumido aproximadamente 4 grupos de alimentos nas últimas 24 horas, existem alimentos disponíveis localmente que podem ser mais



melhor aproveitados, como o grupo das carnes (5) e Ovos (6), pois 68% dos AFs afirma que possui galinhas. O período de realização do inquérito coincide com o momento de provisão crítica de alimentos (MAHFP), pelos que frutas como mangas, bem como culturas de sequeiro não são abundantes nesta altura. Nas últimas 24 horas do dia do inquérito uma parte importante dos AFs tinha consumido, nas duas refeições Xima (milho) com caril de vegetais (geralmente folhas de abóbora) feita água e sal.

Tabela 3. % de AFs pelo consumo de grupos de alimentos

Grupos de Alimentos (Nível 1) - HDDS	Grupos de Alimentos (Nível 2) – Questionário aplicado	% de Agregados Familiares
1. Cereais	a. Milho em grão, Xima, papa de milho, mexoeira, mapira, arroz	96%
	b. Outros cereais manufacturados: Pão, esparguete, bolachas	2%
	t. CSB (mistura de farinha de milho e soja)	0%
2. Raízes e tubérculos	c. Mandioca, inhame	28%
	d. Batata Reno	0%
	e. Batata doce	5%
	e. Batata doce de polpa alaranjada, abóbora, cenoura	2%
3. Vegetais	h. Hortícolas/vegetais	11%
	i. Folhas verdes (espinafre, couve, folha de abóbora, folha de batata doce, folha de feijão Nhemba)	71%
4. Frutas	j. Frutas – como mangas e papaias maduras	11%
	k. Frutas outras (incl. frutas silvestres)	3%
5. Carne, aves, miudezas	l. Carne de vaca, cabrito, outras carnes excepto carne de caça, insectos, etc.	8%
	m. Aves (frangos, pato, pássaros, etc.) e coelhos	5%
	n. Porco	0%
	o. Fígado, rins, tripas, dobrados, coração, outros órgãos	0%
6. Ovos	p. Ovos	1%
7. Peixe e frutos do mar	q. Peixe ou mariscos frescos/secos	25%
8. Leguminosas /leguminosas/nozes	f. Feijões, ervilha, lentilha	35%
	g. Amendoim e castanha de caju	3%
9. Leite e produtos lácteos	s. Leite/logurte/outras lacticínios	1%
10. Óleo e Gorduras	r. Óleo da cozinha/gorduras/manteiga/banha	15%
11. Açúcar e Mel	e. Açúcar	1%
12. Diversos	w. Insectos	5%
	u. Sementes de gergelim, melancia, abóbora	6%
	v. Sal	65%

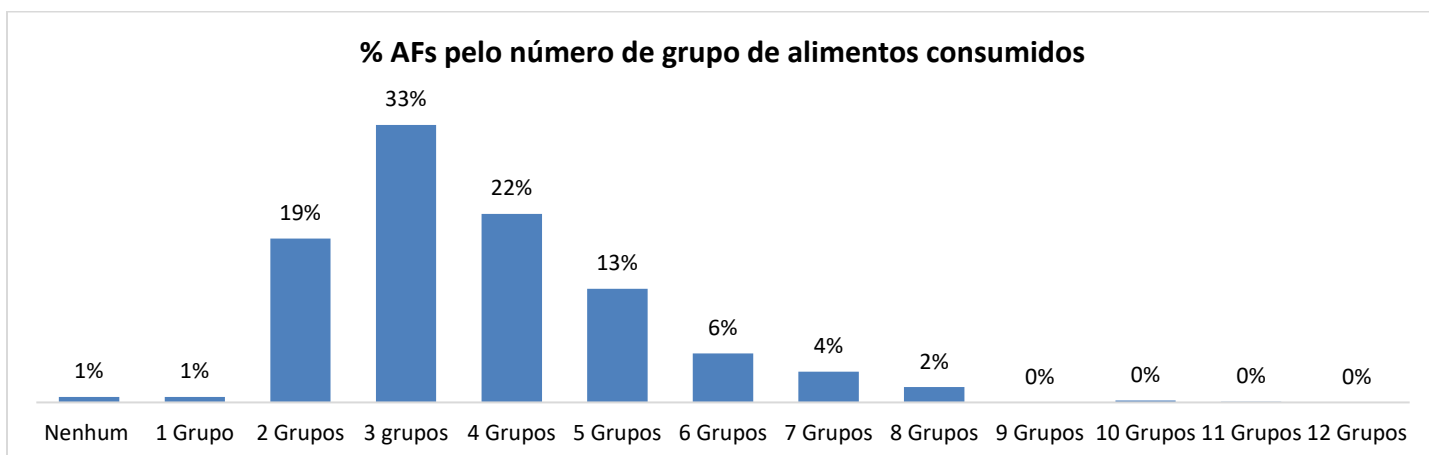


Gráfico 44 – % de AFs pelo consumo de grupos de alimentos

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar utilizou uma abordagem similar no estudo realizado em 2008, (SETSAN, 2008), onde entretanto o período considerado para avaliação era de 7 dias em vez de 24 horas. Para cada categoria de alimentos foi atribuído um peso, conforme pode-se ver a correspondência na tabela 4 abaixo. Os Agregados Familiares foram classificados em segurança nutricional **MÁ, MODERADA e ADEQUADA**, com base na pontuação dos valores de consumo das categorias de alimentos. O Consumo Alimentar é **MAU** se o Consumo Alimentar (CF) for menor ou igual a 21 (correspondente a consumo de 2 grupos de alimentos na semana), **MODERADO** se o Consumo Alimentar (CF) (correspondente a consumo de 4 grupos de alimentos na semana) ,estiver entre 21,5 e 34,5 e **ADEQUADO** se a CF for igual ou superior a 35 (correspondente a consumo de mais de 4 grupos de alimento na semana).

Tabela 4. Correspondência entre o HDDS e os grupos de alimentos considerados pelo SETSAN (2008)

Grupos de Alimentos (Nível 2) – Questionário aplicado	Grupos de Alimentos (Nível 3) - SETSAN	Peso
Milho, arroz, sorgo, esparguete, pão e outros cereais	Cereais (1)	2
Mandioca, batata, batata doce	Raízes e Tubérculos (2)	
Mistura de Milho e Soja	Cereais (1) (CSB)	2.5
Folhas verdes (espinafre, couve, folha de abóbora, folha de batata doce, folha de feijão Nhembá) e outras hortícolas e vegetais	Vegetais (3)	1
Frutas e frutas silvestres	Frutas (4)	1
Beef, pork, goat meat, poultry etc. Fish, Eggs Carne de vaca, cabrito, outras carnes excepto carne de caca, insectos, etc.	Carne (5), Ovos (6) e Peixe (7)	4
Aves (frangos, pato, pássaros, etc.) e coelhos		
Porco		
Fígado, rins, tripas, dobrados, coração, outros órgãos.		
Ovos		
Peixe ou mariscos frescos/secos		

Feijões, ervilha, lentilha, Amendoim e castanha de caju	Legumes, Leguminosas e Nozes (8)	3
Leite/logurte/outros laticínios	Leite e derivados (9)	4
Açúcar, Mel e Derivados	Açúcar (10)	0.5
Óleo da cozinha/gorduras/manteiga/banha e diversos	Óleo e Gordura (11) e Diversos (12)	0.5

7.2. INDICADORES DE DIVERSIDADE DE RENDA E RIQUEZA

O presente estudo inclui indicadores que podem servir de proxy para medir melhorias no rendimento e riqueza dos Agregados Familiares, conforme descritos nos indicadores 5 e 6 abaixo.

INDICADOR 5 - Posse de bens pelos Agregados Familiares

A posse de bens é analisada em categorias de bens dos Agregados Familiares, incluindo bens doméstico, bens de transporte e comunicação e posse de bens produtivos para agricultura, caça e pesca.

Bens domésticos

Os bens domésticos possuídos pela maioria dos AFs incluem esteira (91.5%) e pilão (74.9%) produzidos

localmente, lanternas (71%), cama (59.1%) e Cadeiras (50.5%). É ainda notável a % de AFs com posse de painel sola (41.6%), uma fonte alternativa de energia para locais onde a rede nacional de corrente elétrica não chega.

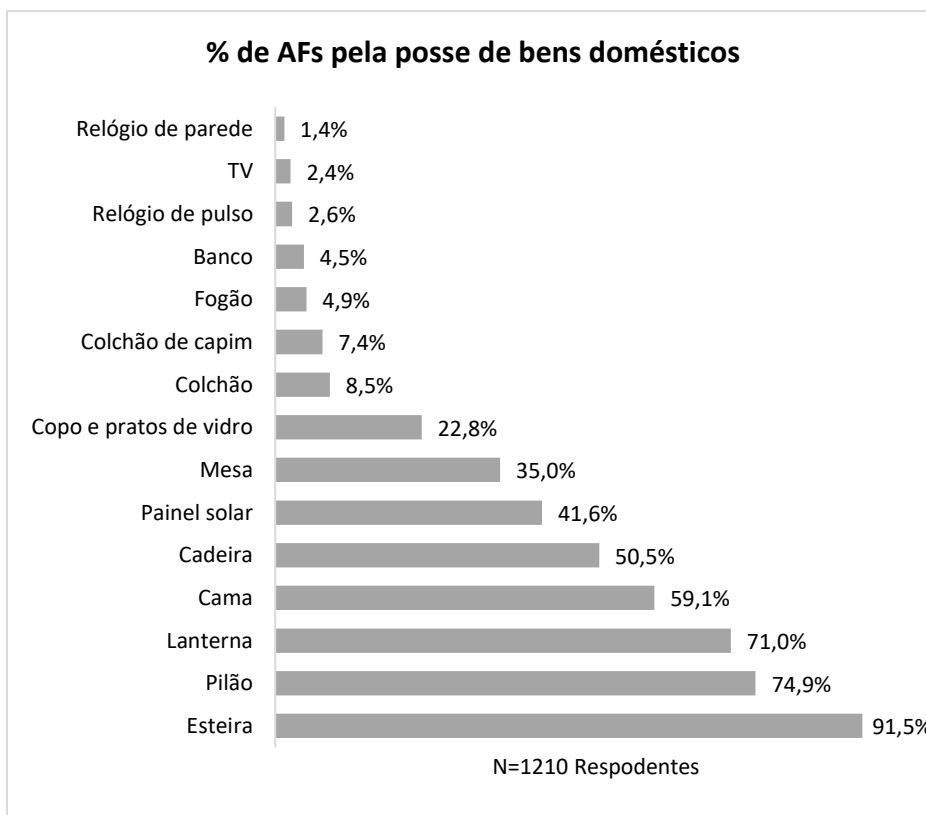


Gráfico 45 – % de AFs pela posse de bens domésticos

Posse de bens para transporte e comunicação

Os bens para transporte e comunicação são importantes para as 11 comunidades considerado p seu isolamento dos principais centros urbanos e por estarem isoladas por elevações montanhosas. Embora a rede de telefone móvel não seja acessível em todos os pontos, 59.8% dos AFs afirma possuírem telefone. Nos meios de transportes, há mais AFs com bicicletas (6.8%) do que motorizadas.

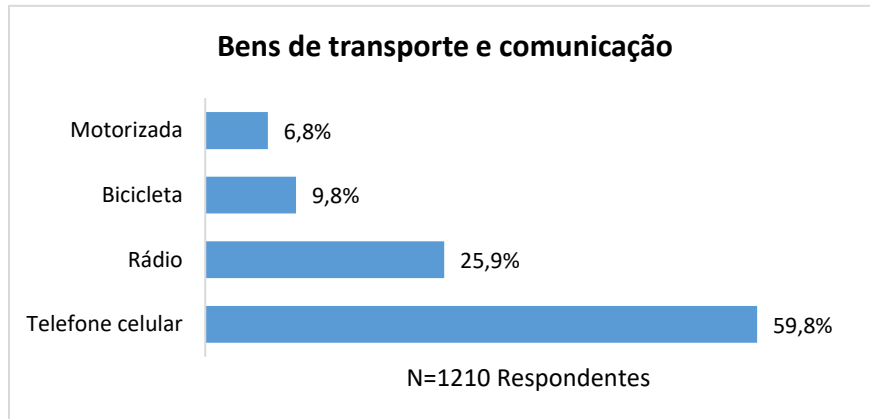


Gráfico 46 – % de AFs pela posse de bens para transporte e comunicação

Posse de bens para agricultura

A agricultura é o principal meio de vida das comunidades alvo do projecto, contudo, esta é ainda realizada com técnicas redumentares. Prova disso são os bens possuídos pelos AFs usados na agricultura, que são essencialmente enxada (95.9%), catana (94.8%) e machado (79.5%).

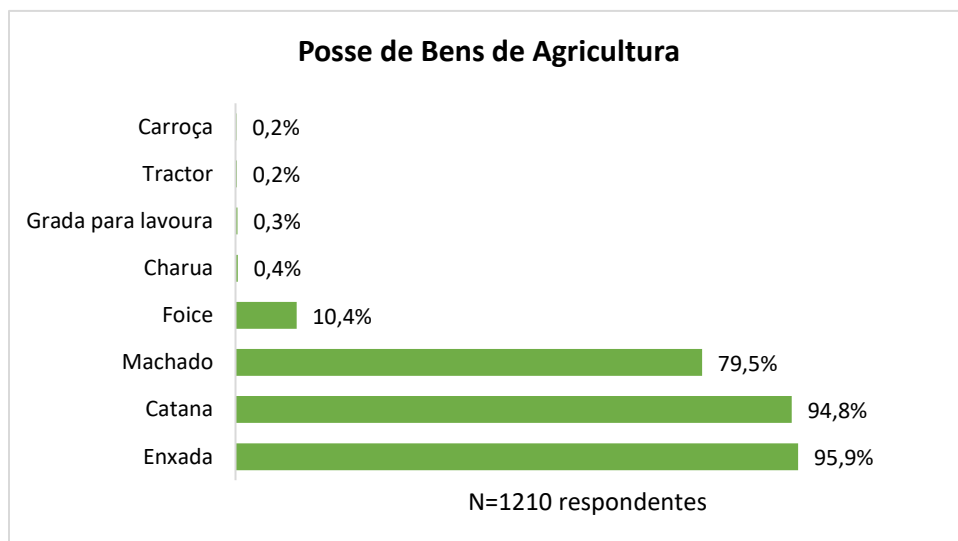


Gráfico 47 – % de AFs pela posse de bens para agricultura

Posse de bens de pesca

A pesca não é um meio de vida largamente praticado nas comunidades ao redor do Monte Mabu. Isso facto reflecte-se também no baixo número de AFs com posse de bens para a pesca.

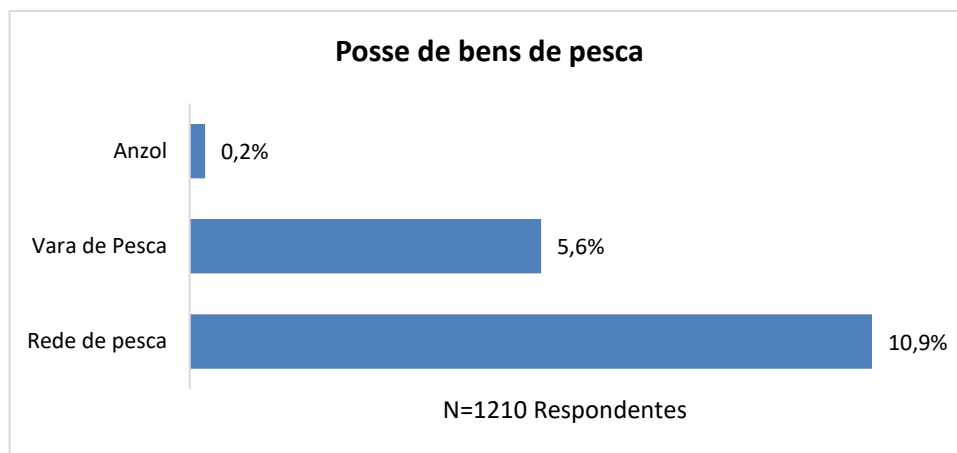


Gráfico 48 – % de AFs pela posse de bens para pesca

Posse de bens caça

As comunidades ao redor do Monte Mabu têm na caça uma actividade importante, sendo que 2% dos AFs afirma que a caça no Monte Mabu é o segundo meio de vida importante, e 7.5% dos AFs afirmam que actualmente praticam caçam do Monte Mabu. Contudo, o Monte Mabu não é o único ponto de caça para as 11 comunidades, embora possa ser um dos mais importantes.

Os dados mostram que o número de pessoas do que as que afirma praticar a caça é menor que o número de pessoas que possui bens para caçar, especialmente ratoeiras (27.3%) e a Zagaia (14.4%).

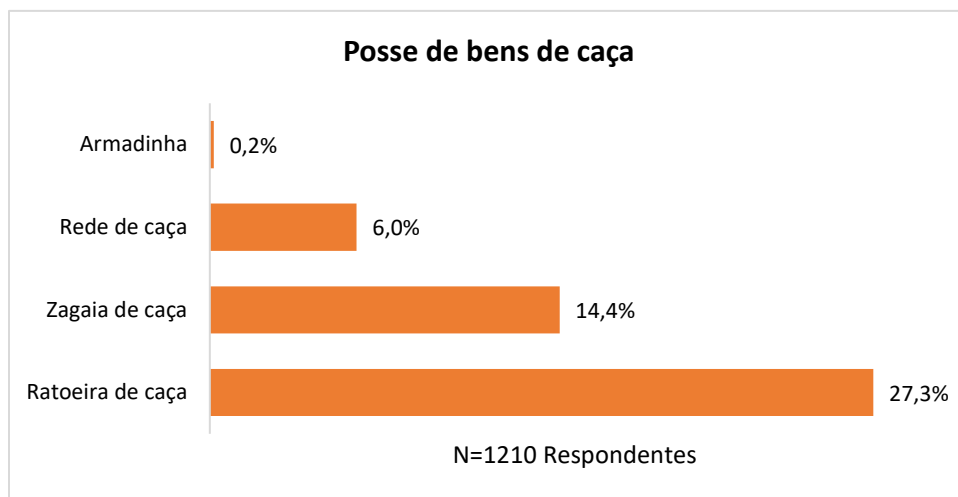


Gráfico 49 – % de AFs pela posse de bens para caça

Isso pressupe que

mais pessoas podem caçar do que as que dizem que caçam. Alguns caçadores afirmam que a utilização da rede de caça foi maior no passado do que no momento de realização do inquérito, também que o uso da rede de caça beneficia mais pessoas além do proprietário da rede, pelo que mais do 6% da população pode estar a beneficiar do uso das redes. Outros AFs afirma que possui bens usados na caça (e.g. ratoeiras), mas eles usam para combater as ratazanas que atacam as machambas, não praticando caça intencional.



Figura 27 – Ratoeira de caça - Nangaze, 2021



Figura 28 – Ratoeira de caça - Nangaze, 2021



Figura 29 – Zagaia de caça - Nangaze, 2021

Outros bens produtivos

Outros bem produtivo sob posse dos Agregados Familiares ao redor do Monte Mabu inclui Maquinas de costura, mogareiras ou computadores

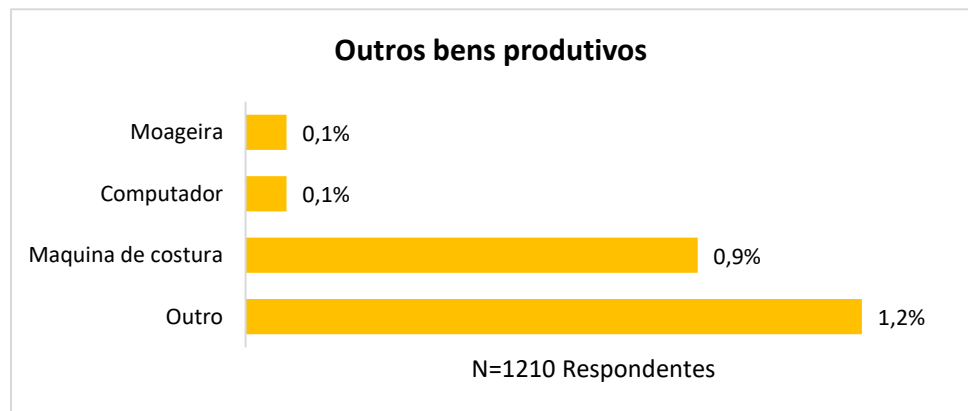


Gráfico 50 – % de AFs pela posse de outros bens produtivos e domésticos

INDICADOR 7 - Acesso a crédito financeiro

% de Agregados Familiares que teve acesso a crédito	Apenas 8% dos Agregados Familiares afirma ter tido acesso a crédito
--	--

Os AFs têm pouco acesso a crédito nas comunidades ao redor do Monte Mabu. Apenas 8% dos AFs afirma ter tido acesso a crédito financeiro nos últimos 12 meses. As razões para não



Gráfico 51 – % de AFs que contrairam empréstimo nos últimos 12 meses

contração de empréstimo inclui o desconhecimento ou inexistência de locais para solicitar crédito (45.3%), especialmente localmente, onde casos típicos de locais de solicitação de crédito inclui Grupos de Poupança e créditos Rotativos (PCR). Alguns Agregados Familiares tentaram ter acesso a crédito, geralmente com familiares e amigos, mas sem sucesso por falta de garantias (20%). Os restantes 35% são Agregados Familiares que afirma não terem interesse na contração de crédito, ou não ter necessidades que justifiquem a contração de crédito, geralmente relacionado a receios de implicações negativas, como hipotecas, em caso de contração de crédito.

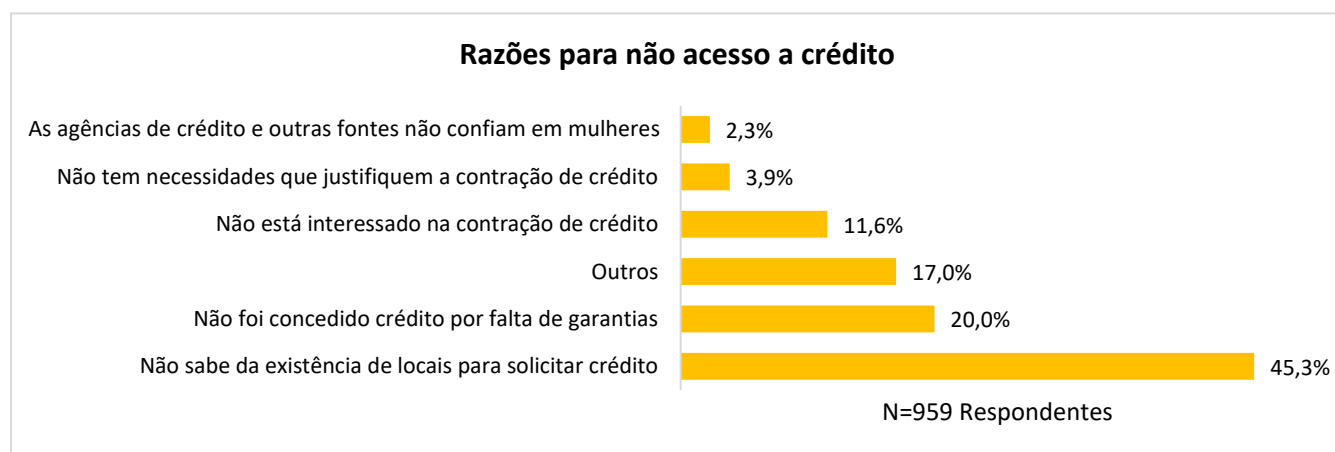


Gráfico 52 – % de AFs pelas razões de não contração de empréstimo

Quanto aos Agregados Familiares que tiveram acesso a crédito, as principais fontes foram familiares e amigos (80%). A menção a grupos de Poupança e Créditos Rotativos foi baixa, o que pressupõe que as comunidades ainda não tenham tido muito suporte no seu estabelecimento.

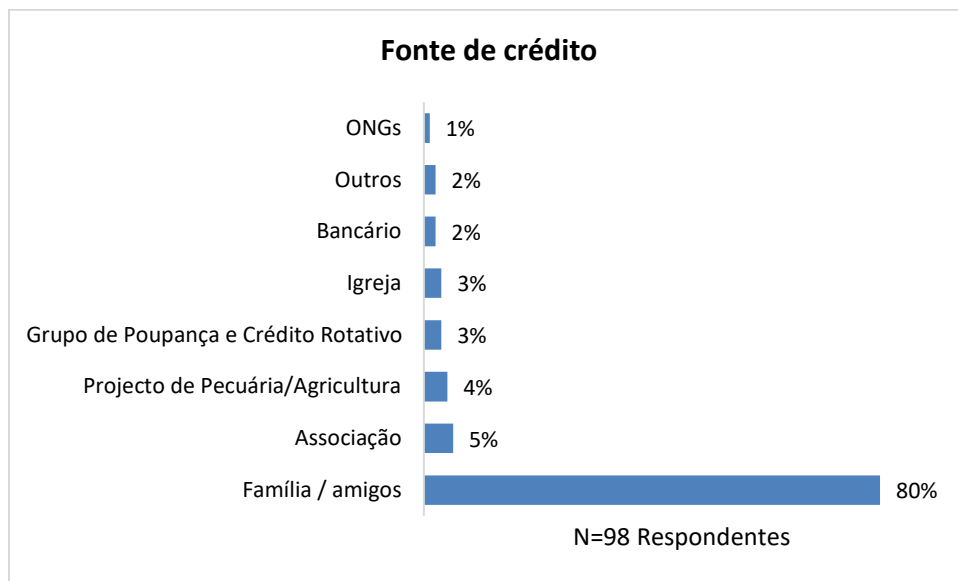


Gráfico 53 – % de AFs pelas fontes de crédito

VIII. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As principais conclusões e recomendações para melhorar as condições de vida das comunidades de forma compatível com a conservação do Monte Mabu incluem as seguintes:

- Embora apenas uma parte dos AFs ao redor do Mabu tenha chegado ao Monte (44%), este é conhecido pela maior parte das pessoas (90%), através dos relatos sobre o seu valor expresso através de histórias, crenças e mitos. O respeito pelas crenças espirituais e tradicionais do Monte tem estado a desempenhar um papel importante para a sua preservação, sendo que as comunidades reconhecem os resultados de uma preservação consistente do Monte através dos benefícios como água limpa e corrente, tempo fresco, chuva para uma boa colheita.
- Contudo, 20% dos inquiridos não afirmam que concordam com a conservação do Monte Mabu, porque não apreciam os seus valores ou não partilham das crenças espirituais e tradicionais relacionadas ao Monte, pelo que o projecto deve garantir que actividades de sensibilização alcancem os grupos menos esclarecidos sobre a necessidade de conservação dos valores do Monte Mabu.
- Existe mais discordância ainda sobre a liderança da gestão costumeira do Monte, sendo por exemplo que em duas comunidades vizinhas uns acham que o seu líder comunitário é que controla o Monte (Nvava) e outra que ninguém controla o Monte (Limbué). Considerando que o maior valor de conservação do Monte, no ponto de vista das comunidades, são as suas crenças tradicionais e espirituais, os líderes comunitários e tradicionais têm um papel chave, contudo o seu engajamento deve ser cauteloso de modo a evitar por um lado protagonismo sobre o Monte (Nvava) e por outro contestação por parte de outras comunidades.
- As pessoas que se ligam com valores históricos do Monte mencionam o “tempo de guerra”, altura em que o Monte foi seu refúgio, dando abrigo e alimento. Para alguns, geralmente mais velhos nessa altura caçaram no Monte, tendo uns abandonado após o fim da guerra (por terem se deslocado a comunidades mais distantes) e outros mantido a actividade de caça até que a idade que não conseguem mais. Não obstante, durante o trabalho de campo foi possível ver jovens indo caçar no Monte, pelo que pode pressupõe-se que esta actividade tem transitado entre gerações, sofrendo entretanto transformações na sua forma de realização (e.g. maior caça com ratoeiras actualmente do que com rede com no passado).
- Embora tidas como objectos de caça, as ratoeiras são possuídas por um número significativo de AFs que afirmam não caçar. Esses AFs usam ratoeiras em suas machambas para combater animais que podem prejudicar as culturas (e.g. ratazanas). Para os que praticam caça activa afirma-se que podem ter até dezenas de ratoeiras, que os produtos de caça estão a escassear no geral, principalmente em outras florestas e montes locais (não Mabu), o que pode aumentar a pressão de caça sobre o Mabu.
- Embora o questionário não incluiu muitas perguntas específicas sobre os locais de realização da agricultura, sabemos que 95% dos AFs têm pelo menos 1 machamba em

zona alta que é maior que 71% dos AFs que tem pelo menos 1 machamba em zona baixa. Os sinais de desmatamento são visíveis nas florestas e montes próximos. Associado a isso estão as práticas de agricultura insustentável que inclui a prática de queimada e o abandono com frequência de machamba (1 à 3 anos na mesma machamba). Essas práticas podem exacerbar o desmatamento e a procura por solos pode aproximar ainda mais os agricultores ao Monte Mabu. A agricultura é também feita nas encostas de montanhas onde a remoção da vegetação pode exacerbar a erosão e a perda de fertilidade do solo, favorecendo o aumento de desmatamento devido à alta frequência de abertura de campos agrícolas.

- A promoção de estratégias para melhoria das condições deve, sem dúvidas, incluir a melhoria e o fortalecimento do meio de vida agrícola, considerando o número de pessoas que atualmente dependem dessa atividade (96%) e muitos deles essa é a única atividade (+50%), e a praticam a muito tempo uma vez que 97% não mudou o meio de vida principal nos últimos 5 anos. Melhorar a agricultura significa torná-la mais sustentável introduzindo práticas que reduzam queimadas e aumentem a produtividade dos solos para que os AFs permaneçam na mesma machamba por mais tempo, reduzindo o desmatamento. A agricultura sustentável é necessária em modelo de extensão (não somente negócio), de modo a alcançar o maior número possível de AFs adotando práticas sustentáveis de agricultura, aumentando sua segurança alimentar e obtendo melhores benefícios de conservação da biodiversidade.
- Paralelamente, a agricultura sustentável pode ser também promovida para gerar mais rendimento para os AFs. Nesta componente, o projecto pode promover pilotando em número limitado de grupos a agricultura orientada ao mercado (e.g. promovendo culturas mais rentáveis e atrativas ao mercado). O desenvolvimento de cadeias de valor de produtos pode também ser opção (e.g. processamento de cereais). Outros meios de vida relevantes incluem a produção de frutas (e comercialização em mercados como Milange) e o fomento da produção do mel nas florestas locais e Monte Mabu.
- A provisão alimentar dos AFs mostrou-se pobre em consumo de proteínas, especialmente a proteína animal (8% consumiu carne, 5% aves e apenas 1% ovos). Fortalecer o meio de vida pecuário pode aumentar o consumo de alimentos ricos em proteína e ao paralelamente aumentar os rendimentos dos AFs. A galinha cafrial é uma opção de produto de pecuária a promover, introduzindo técnicas para melhorar a sua produção. Doenças de aves como Newcastle não foram muito mencionadas quando questionados a alguns informantes chave.
- Ao promover a actividade pecuária é importante a atenção às crenças locais. Os Adventistas do Sétimo Dia que possuem mais de 1/3 das infra-estruturas religiosas registadas têm restrições no consumo de animais tidos como impuros, e.g. porco, coelho entre outros que não ruminam e não têm casco dividido.
- A produção de frutas e seu processamento é uma opção considerando possível mercado a explorar em Milange.

- A introdução de grupos de Poupança e Crédito Rotativo pode fortalecer a resiliência dos AFs, melhorando as suas estratégias de sobrevivência e os meios de vida.
- Dada a existência de um elevado número de mulheres e jovens chefe de AFs, meios de vida dedicados a esse grupo poderia melhorar as suas oportunidades de aumento de rendimento e segurança alimentar.